

5

Entre os discursos e as palavras no papel

As coisas que publico são escritas no mau sentido do termo: isto cheira a “escrita”. E quando começo a trabalhar, é “escrita”, e implica todo um ritual, toda uma dificuldade. Eu me enfio num túnel, não quero ver ninguém, quando gostaria, ao contrário, de ter uma escrita fácil, de uma vez. [...]. Gostaria de escapar desta atividade fechada, solene, redobrada sobre si mesma, que é, para mim, a atividade de colocar palavras no papel (Foucault, em entrevista gravada em janeiro de 1975. Pol-Droit, 2006, p. 81).

Gilles Deleuze afirma que, ao ler a obra foucaultiana, percebe que seu autor nunca encarou “a escritura como um objetivo, como um fim. [Sendo] exatamente isso que faz dele um grande escritor, que coloca no que escreve uma alegria cada vez maior, um riso cada vez mais evidente” (Deleuze, 2005, p. 33). Alegria, contudo, não parece ser o único sentimento a qual Foucault se reporta quando se remete ao ato de escrever. Ainda que, a despeito da remissão a certo “sofrimento”, assumo gostar do que faz, o autor formula a si próprio, certas exigências: “tenho prazer em escrever” e, “é preciso fazer bem um livro”, já que “se se quer que ele se torne um instrumento que outros possam usar, que o livro proporcione prazer àqueles que o lêem” (Pol-Droit, 2006, p. 81, 77-78).

Essa lembrança aqui não é fortuita: a responsabilidade, não apenas em redigir um texto bem escrito, mas que possa também instigar as pessoas que lê-lo-ão à reflexão e que, por acréscimo, comporte algum prazer na leitura, é tamanha. Esse sentimento é ampliado, principalmente, quando a premência de escrever recai sobre vivências sem testemunhas, fato que parece maximizar o cuidado que o ato da escrita merece nesse momento.

As experiências aqui narradas foram, num certo sentido, compartilhadas com muitas pessoas; contudo, nenhuma delas as acompanhou efetivamente, de forma integral. O acompanhamento a que se faz referência diz respeito ao fato de tais experiências não terem se feito de forma solitária, já que oportunizaram o encontro com muitas pessoas, cujas marcas aqui, por certo, se fazem presentes.

Ainda que o intento de valorizar as ocorrências e percepções de um momento tão *sui generis* - como foi a caminhada pelos locais onde as políticas voltadas para a Educação Infantil ganham vida – determinem que se “traga” aos/às leitores/as traços desse cotidiano, o tom dessa escrita, como é possível constatar, nada tem de “poético”.

De fato, apesar de ter “estado lá” e em alguns momentos o texto possibilitar o estabelecimento de um “clima” que suscite algo como “isso aconteceu comigo” (Geertz, 2009, p. 25) , a escrita aqui possível, bem como os registros feitos no diário de campo, em respeito a um estilo pessoal, não comportam a delicadeza das descrições pormenorizadas. De forma que, ao longo da narrativa, não há quaisquer abordagem sobre “a massa montanhosa azul, as nuvens baixas, o falatório agitado, a pele de veludo”, nem “descrições extensas [...] excessivamente detalhadas sobre o meio ambiente natural, a população e coisas semelhantes” (Geertz, 2009, p. 25; 29).

Oxalá o partilhamento desse percurso seja convidativo e, ao final, não frustrar as expectativas dos/as leitores/as que, cientes dos objetivos propostos, tiveram o interesse em conhecê-lo. Inicialmente, são apresentados momentos referentes ao trabalho de campo, efetivado com as visitas realizadas às CREs, às instituições de educação infantil. Nessas instituições foi possível entrevistar as/os educadoras/es. A Análise do Discurso realizada a partir desses encontros compõe um segundo bloco de temas desenvolvido no capítulo. Finalizando, são estudadas duas questões muito presentes no campo: violência e confiança, relacionando-as às relações sociais de gênero.

5.1. Desafios e tensões do campo

Os espaços educativos, como a escola e as instituições de Educação Infantil constituem-se, em tese, *loci* privilegiados para o debate sobre as reconfigurações das relações de gênero, notadamente das masculinidades – tema sobre o qual recai o interesse mais detido de estudo.

Raewyn Connell, atinando para a complexidade dessa discussão, indaga-se: “Hasta qué punto pueden las escuelas afectar la masculinidad y su facticidad? Y si pueden afectar la masculinidad de algún modo, a través de qué tipo de programas lo hacen y qué pedagogía deberían adoptar?” (Connell, 2001, p. 157-158). Suas perguntas são formuladas em um contexto em que países como Estados Unidos, Japão, Alemanha e Austrália lançam ações para debates sobre o incômodo baixo desempenho escolar dos meninos.

Considera a autora que, por um lado, “es importante reconocer el hecho de que la escuela no sólo no es la única institución que modela masculinidades, sino que además puede no ser la más importante” (Connell, 2001, p. 158). Entremeando essa reflexão, a autora elenca quatro tipos de relações que devem estar envolvidas no tratamento do quadro teórico sobre “gênero”: as relações de poder, já destacadas ao longo do presente estudo; a divisão do trabalho na própria área educacional (áreas eminentemente masculinas ou femininas), conforme já explicitado; os padrões da emoção, sendo um dos temas principais a vivência sexual; os simbolismos, enfatizando que, para além dos códigos fartamente espalhados nas sociedades, a instituição escolar, através de roupas, da linguagem, as solicitações disciplinares, impõem também regras que marcam as diferenças de gênero.

Não obstante a possibilidade de haver contestação desses “regimes de gênero” próprios da escola, não é absurdo considerar o quanto esses são opressivos (Connell, 2001, p. 161).

Diante desse cenário, o reconhecimento da potencialidade dessas instituições, no âmbito de um trabalho que vise à desmistificação dos estereótipos vinculados ao às identidades de gênero, contudo, não deve se fazer de forma ingênua: sendo espaço de atuação profissional de pessoas oriundas das mais diferentes áreas, que vivenciam peculiares processos formativos na família e em outros grupos sociais (vinculados à religião, ao esporte, os grupos de amigos, por exemplo) uma atuação crítica da escola nesse sentido constitui-se um desafio de grande monta.

Argumentos baseados na naturalização dos fazeres de homens e mulheres têm sido fortemente acionados para defender a forma de organizar os diferentes

âmbitos da experiência social em torno do casal heterossexual e da firme delimitação de normas de comportamento, para homens e mulheres, desde a mais tenra idade.

5.1.1.

Observações de um campo que remete às *lettres-de-cachet*

O trabalho no campo foi marcado, desde o seu princípio, pela necessidade de obtenção de um tríplice aval para entrar nas instituições e apresentar a proposta de pesquisa aos profissionais, familiares das crianças atendidas pela instituição e representantes da comunidade que fazem parte do Conselho Escola-Comunidade – ainda que no caso destes dois últimos interlocutores, o contato tenha sido mediado pelas Diretoras das creches.

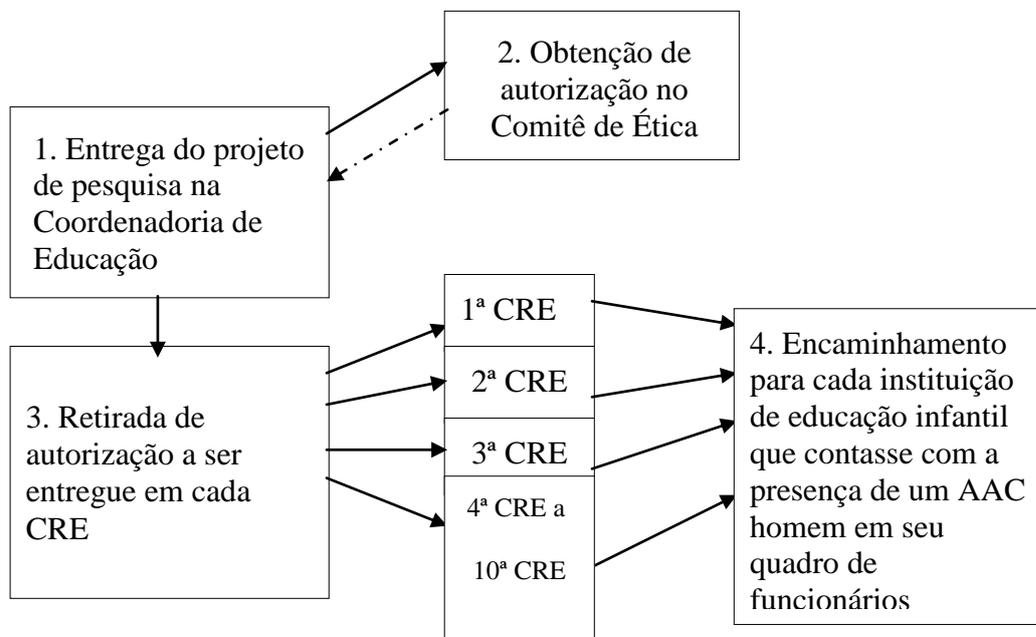
Tendo em vista a grandiosidade do sistema de ensino público da cidade do Rio de Janeiro, as regras para a obtenção das referidas autorizações estão regulamentadas pela Portaria E/DGED N° 41/2009.

Na esfera da SME, o percurso se inicia em um órgão localizado na Administração Central da Prefeitura: a Coordenadoria de Educação. Dependendo do caso, como o presente estudo, há, concomitantemente, a obrigatoriedade de pedido de autorização ao Comitê de Ética, administrativamente vinculado à estrutura da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil.

Diante da obtenção de autorização do Comitê de Ética (conforme apêndices 1A e 1B) , a Coordenadoria de Educação emitiu uma carta de apresentação que deveria ser entregue em cada uma das dez Coordenadorias Regionais de Educação - CREs. Em uma segunda etapa, cada CRE, que deveria ser visitada pessoalmente, emitiria uma autorização específica para cada instituição que contasse com um homem atuando como AAC em seu quadro funcional.

O esquema a seguir auxilia na visualização desse processo.

DIAGRAMA I

FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE OBTENÇÃO DE
AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

O resultado dessa tramitação ganhou certa publicidade através do Diário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro (DORJ). A eficiência da forma como o ato de tornar pública a autorização dada ao/à pesquisador/a, no entanto, merece ser alvo de reflexão: o que se lê no Diário Oficial é apenas um número de processo, que divulga a autorização recebida por ocasião da realização do presente trabalho. Com este formato, sem indicação nominal, nem do objeto de que trata o processo, é praticamente impossível a identificação da pesquisa em si.

Assim, “regulamentação” e “autorização”, tendo em vista o “controle”, culminando com a “publicidade” são processos que caracterizam, *a priori*, as atividades de pesquisa realizadas nas instituições que compõem o sistema municipal de ensino carioca.

Em que pese a obviedade de que seria impossível, a uma só pessoa, num curto período de seis meses, percorrer todas as creches e Espaços de Educação

Infantil que tivessem um agente auxiliar de creche do sexo masculino em seu quadro de funcionários, previu-se a realização da pesquisa nas dez CREs. Optou-se por conferir esse grau de amplitude à atuação da pesquisadora por considerar-se que, qualquer limitação poderia dificultar sobremaneira o trabalho a ser desenvolvido, comprometendo os esforços iniciais. O que mais importava era garantir que poder-se-ia transitar livremente nas instituições de educação infantil mantidas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

A experiência anterior com a realização do trabalho empírico ao longo do curso de Mestrado (realizado em creches da 1ª CRE, em 2005) (BARBOSA, 2006), fez com que o interesse por esse aval “ampliado” fosse uma caução necessária: invariavelmente, o contato com diretoras, professoras, com os/as próprios/as agentes auxiliares de creche e, também, com pessoas conhecidas poderia fazer – como de fato ocorreu - com que, nas andanças pelo campo, se priorizasse a ida a algumas instituições em detrimento de outras, por diferentes motivos: seja pela receptividade da Direção à proposta; porque algum/a profissional se oferecia para participar; por se ter acesso a relatos de que em instituição x ou y as dificuldades para os homens se manterem no cargo havia sido maior, entre outros.

Cabe ressaltar que essas informações sempre chegaram através dos contatos feitos nas redes sociais virtuais, por meio de conhecidos que trabalham nessas instituições ou a partir de impressões dos usuários e/ou profissionais das próprias CREs que, por vezes, fizeram comentários importantes ao longo dos momentos “infundáveis” de espera, enfrentados nas ocasiões de busca de documentos e informações que enriquecessem o trabalho.

É importante frisar desde já que, apesar do cumprimento de todos os trâmites descritos, mesmo com a autorização em mãos, nem todas as portas se abriram facilmente, como os registros feitos no diário de campo evidenciam. Ainda que todo/a pesquisador/a deve estar preparado para todo tipo de ocorrência e disposto/a a enfrentá-la – o que faz com que não haja motivação para lamúrias – há ocorrências que ilustram certas dificuldades vividas. Para ilustrá-las, são transcritas abaixo as anotações feitas por ocasião das visitas à mesma creche, nos dias 21 de março e 04 de abril de 2012, respectivamente:

Registro do diário de campo I

A proximidade da creche X era tanta que deixei a ida até lá para o final. Chegando, toquei a campainha e, assim que me atenderam pelo interfone, me apresentei e disse que tinha a autorização da CRE para fazer uma pesquisa na creche. A pessoa pediu que eu aguardasse. Me preparei para já mostrar a documentação, separando os papéis e o meu documento de identidade. Uma outra voz me cumprimentou pelo interfone novamente, pediu que eu esperasse um pouco mais por que a diretora já vinha me atender. Depois de um tempo, o pesado portão de madeira se abriu e falei novamente o meu nome, mostrei a identidade, já emendando com a entrega da autorização e com a explicação do motivo da minha ida até lá. A professora me ouviu, fez menção de devolver o material e disse: “- Isso não é bem assim, não. É bom marcar um horário para você falar com a diretora. Eu sou diretora adjunta... E a gente precisa ler com calma para ver o quê você quer fazer, se pode fazer aqui...” Sem querer perder a oportunidade, insisti para que ela ficasse com a documentação. Ela pediu que eu voltasse outro dia, de preferência pela manhã, mas mais cedo, a partir das sete e meia. Ouvi com atenção e anotei o que ela falou, me despedindo. Continuei andando pela calçada estreita, muito chateada, e já fui me localizando nos meus endereços para me dirigir à creche mais próxima. Eu não podia perder a manhã! Depois fiquei pensando: Porque ela falou “Isso não é bem assim, não?” Seria como? Após ter cumprido todo o trâmite exigido pela Secretaria, eu devia ter esclarecido à ela que essa avaliação já havia sido feita; não cabendo reavaliação por parte da instituição que recebe os pesquisadores. Como eu sou a interessada e qualquer indisposição atrapalharia o trabalho, achei melhor ficar calada e fazer como ela estava pedindo.

Registro do diário de campo II

Hoje, de manhã, fui de novo na creche X. Estava torcendo para que elas já tivessem lido o material e eu pudesse falar com os agentes auxiliares de creche. Assim que cheguei, vi que uma pessoa já tinha tocado o interfone e aguardei ao lado dela. Quando o portão abriu, a moça olhou para mim.. Fiquei até intimidada e falei: “Eu vou tocar novamente”. E ela concordando: “É, eu acho melhor, porque eu já tinha falado aonde eu ia”. Eu não entendi nada. Coisa mais maluca: o que tinha demais eu entrar junto com ela? Toquei o interfone e esperei. Uma moça me atendeu, falei meu nome, expliquei o que eu queria e que já tinha entregue à autorização para a professora X e ela abriu o portão. Entrei em uma antessala e esperei um pouco. Depois uma senhora me chamou, me orientando através de um

corredorzinho até chegar na sala da Direção. A diretora estava lá e, depois de eu ter repetido tudo (quem eu era, o que eu queria e que a autorização já estava lá), ela me explicou, mostrando uma espécie de agenda-calendário presa na parede, que elas estavam cheias de trabalho: “Você está vendo? No dia tal temos isso; na terça-feira não vai dar; aqui estamos em um evento fora por dois dias... Sinceramente, não sei que dia a gente pode conversar com você”. Eu ouvi e tentei já ir falando o que eu gostaria de fazer lá. Quando comentei sobre o trabalho ser sobre os homens que atuam como agente auxiliar de creche, ela me informou que a pessoa que tinha lá já tinha saído. Como eu já tinha passado por isso antes, respondi logo que, apesar de o rapaz não estar mais lá, não invalidaria o fato de a instituição ter passado por essa experiência e que havia outras profissionais com as quais o contato poderia enriquecer o trabalho, como a própria Direção e as mulheres que tinham trabalhado com ele, os pais... Ela pediu para eu voltar na quinta-feira que vem. Eu estranhei, porque o que preciso fazer não requereria tanto tempo, mas fui saindo meio desanimada, porque eu ainda nem tinha conseguido explicar que era só para ela me apresentar às pessoas e que seria deixado o material para as AACs fazerem contato posteriormente... Eu não pretendia fazer nada demais. É tanto empecilho... E o pior: no horário que ela disse para eu ir, eu já sei que não vou poder falar com ninguém, porque estarão recebendo as crianças e fazendo as primeiras atividades da manhã. Conclusão: vou lá para explicar o que eu quero e depois volto para fazer.

Achei melhor ir logo em outra creche. Não era tão perto, mas eu já tinha conseguido descobrir como se chega lá. A professora que me atendeu me explicou direitinho. Pena que ainda ia dar oito e meia e, nesse horário, é impossível falar com qualquer pessoa direito. Andei um pouco para pegar o ônibus, mas descii certinho onde ela falou. Atravessei a rua e tinha que procurar o ponto da van. Estava num lugar “perto-longe” de casa, já que era um bairro que nunca tinha ido. Fui lendo as plaquinhas das ruas, para achar a tal transversal que tinha o ponto final. Como não achei nada, perguntei num bar e o senhor me apontou onde, normalmente, a van parava. Um pouco depois chegaram outras pessoas, mas a van mesmo (na verdade, uma kombi), demorou uns vinte minutos. Assim que sentei, perguntei ao rapaz se conhecia a creche e ele disse que me deixaria na porta. E assim foi fácil chegar. Quando descii fiquei encantada com a vista que se tinha lá de cima. Muito verde... As casas, lá embaixo, pequenininhas. Acho que dava para ver o bairro todo! O entra-e-sai de gente na creche me fez pensar que era algum dia especial. O portão estava aberto e a primeira sala que vi eu entrei. Por sorte, sem saber, procurei logo informação com a diretora. Ela pegou a autorização e pediu que eu sentasse para explicar o trabalho. Se desculpou, dizendo que tinha um comemoração de aniversário e que estavam na correria. Me explicou que os rapazes trabalhavam lá à tarde e que eu podia voltar para falar com eles. Enquanto eu ia explicando, ia passando os roteiros de entrevista. Imediatamente pensei que naquele dia já não seria possível voltar. Ela disse que o CEC estava se estruturando ainda, tinha mudado as pessoas, mas que tentaria mostrar para a mãe responsável e que ela era muito

animada, participava de tudo. Depois ela chamou uma funcionária e pediu para chamar, na sala, uma AAC que já tinha trabalhado com um dos rapazes. A moça veio e fez as apresentações de praxe. Ela me ouviu, muito atenciosa, e ficou com o roteiro de entrevista. Como sempre, ressaltai a questão ética, com destaque para a confidencialidade. Ela me deu o seu telefone celular para contato e disse que “ia ver sim”. A diretora, que voltou para a sala, disse que achava que ali eu conseguiria fazer com alguém, porque eles eram muito “de colaborar”. Repeti o quanto era importante que os roteiros de entrevista chegassem às pessoas, muito embora eu fosse voltar lá, mas seria importante eles se familiarizarem com o material. Ela concordou e disse que eu ficasse tranquila, porque naquele dia mesmo entregaria. Comentou sobre o quanto seria bom eu voltar lá, mas no período da tarde, após às três e meia. Agradei pela ajuda e ela me levou até o portão, que já estava fechado. Ficou conversando, falando de sua trajetória naquela creche, de como agora não saberia trabalhar em outro lugar. Nisso, a van vinha descendo... Só fiquei triste porque, realmente, naquele dia, eu não poderia voltar.

Essa experiência ganhou grande significado para a pesquisadora, gerando percepções contraditórias diante das dificuldades de acesso colocadas pela citada instituição. Em um primeiro momento, avaliou-se que era uma forma de resistência a um "poder" que, embora diretamente relacionado à estrutura na qual a creche se insere, vinha "de fora". Internamente, fora como que se ouvisse, a cada negativa: "Você acha, o quê? Só porque está com esse papel, vai entrar e fazer o que quer? Aqui tem regra, tem alguém que decide".

Posteriormente, quando o rápido atendimento concretizou-se, aclarou-se o quanto a situação da pesquisa remexia em questões que, de forma confortável, algumas instituições preferem evitar. Tanto as argumentações de "falta de agenda", quanto "o alívio" ao informar que já não havia homens ali atuando, diretamente com as crianças, fundamentam essa avaliação.

Entre uma visita e outra, de forma geral, realizou-se o trabalho de campo em duas etapas: entre os meses de junho e novembro de 2011 e nos meses de junho e julho de 2012 (com nova autorização referente a esse segundo período). Cada uma dessas etapas foi iniciada após a emissão de autorização do Comitê de Ética e, posteriormente, endossada por cada Coordenadoria de Educação da Secretaria Municipal. Note-se que, não se tendo conseguido concluir a pesquisa de campo no segundo semestre de 2011, considerando-se que apenas vinte creches

havam sido visitadas, foi solicitada extensão do prazo às mesmas instâncias administrativas, após apresentação de relatório parcial das atividades.

No período de junho a novembro de 2011 foram visitadas oito CREs (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª) e vinte creches vinculadas a algumas dessas CREs. Houve Coordenadorias cujo contato não redundou de pronto na entrega das autorizações. Assim, duas CREs (5ª e a 6ª) foram visitadas no 1º semestre de 2012.

É pertinente observar que um levantamento parcial prévio já havia sido elaborado, a partir das listagens de convocação dos/as agentes auxiliares de creche aprovados no concurso público. Após a realização desse certame (no segundo semestre de 2007), do mês de abril de 2008 ao mês de agosto de 2010 foram feitas cinco convocações do quadro de aprovados: do total de 4.461 agentes auxiliares de creche convocados, 449 são homens, o que corresponde a, aproximadamente, 10,06 % do total, conforme a tabela abaixo, elaborada a partir de dados pesquisados nos Diários Oficiais do Município, permite visualizar.

TABELA 6
AACS DO SEXO MASCULINO CONVOCADOS
POR COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E
TOTAL GERAL

CRE	1ª CONV.	2ª CONV.	3ª CONV.	4ª CONV.	5ª CONV.	TOTAL I*	TOTAL II**
1	28	29	05	08	04	74	507
2.1	10	09	09	07	02	37	258
2.2	12	12	07	04	02	37	339
3	03	13	04	03	ZERO	23	358
4.1	14	28	04	04	01	51	496
4.2	02	02	ZERO	ZERO	ZERO	04	106
5	09	17	06	06	ZERO	38	338
6	05	11	35	06	ZERO	57	347
7.1	09	02	-----	01	-----	12	129
7.2	---	04	-----	05	ZERO	09	262
8	15	20	-----	03	ZERO	38	424
9	11	11	-----	01	ZERO	23	344
10	06	30	-----	10	ZERO	46	553

Fonte: RIO DE JANEIRO (2008, 2008a, 2008b, 2008c, 2009, 2009a); TATAGIBA, A.P.; FONSECA, D. P. R. (2011).

* Total de AACs do sexo masculino convocados

** Total de AACs de ambos os sexos convocados

Diante do conhecimento desse quadro geral, a chegada em cada CRE se iniciou sempre pela ida à Gerência de Educação (GED) que, após o recebimento da autorização, fazia o encaminhamento para a Gerência de Recursos Humanos (GRH), para que o formulário constante do anexo 5 pudesse ser preenchido. A partir dessas informações, as autorizações individuais a serem apresentadas em cada creche foram providenciadas, procedendo-se o seguinte levantamento:

TABELA 7
CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO DE AACs – 1ª a 10ª CRE

CARGO: AGENTE AUXILIAR DE CRECHE - AAC			
CRE	NÚMERO TOTAL DE PROFISSIONAIS	AACs - SEXO MASCULINO	NÚMERO DE CRECHES COM AACs HOMENS
1ª	Não informado		
2ª	Não informado	39	22
3ª	417	16	12
4ª	623	48	25
5ª	362	18	6
6ª	397	24	15
7ª	504	17	13
8ª	Não informado	29	17
9ª	308	13	12
10ª	Não informado		

Fonte: TATAGIBA, A.P.; FONSECA, D. P. R. (2011).

De posse das autorizações, após as visitas feitas nas creches e Espaços de Educação Infantil (EDI), foi elaborada a tabela abaixo que permite a visualização do quantitativo de pessoas que foram convidadas a participar da pesquisa, lembrando-se que o número de diretores, responsáveis e representantes da comunidade é equivalente ao número de creches visitadas:

TABELA 8
LEVANTAMENTO DE CONVITES FORMULADOS PARA
PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Cargo/tipo de participação	Nº
Agentes Auxiliares de Creche	89
Representantes da Direção	22
Representantes de responsáveis	22
Representantes da Comunidade	22
Total	155

Fonte: TATAGIBA, A.P.; FONSECA, D. P. R. (2011).

A disponibilidade de tempo da pesquisadora para proceder as visitas, a proximidade entre as creches e, ainda mais, o bom ambiente encontrado em alguns locais para o desenvolvimento do trabalho foram aspectos importantes para a entrega dos roteiros de entrevista aos educadores e demais segmentos convidados para a pesquisa. Por vezes, por exemplo, uma diretora fazia contato com outra para buscar informações sobre as formas de chegar na instituição utilizando-se transporte coletivo e, esse diálogo “entre iguais”, nos quais o trabalho já ia sendo apresentado, facilitou parte do percurso.

Cabe ressaltar que, via de regra, a maioria das creches foi visitada e/ou contactada mais de uma vez – por vezes, em duas ou três ocasiões: uma para apresentar a pesquisa e nas seguintes para a verificação da existência de interessados em participar ou para realizar as entrevistas. Foram feitos contatos telefônicos e por e-mail, já que esses dados eram prontamente fornecidos pelas/os educadores.

De forma geral, o contato com os profissionais foi muito exitoso, considerando-se a receptividade à pesquisa, embora tal receptividade não tenha redundado, em princípio, na realização de um grande número de entrevistas.

Na tentativa de se ampliar o escopo de análise, foi feita uma segunda ida ao campo, conforme já explicitado. Contudo, a exiguidade do tempo para um segundo período prolongado de visitaçãomaciça nas creches fez com que apenas duas novas instituições fossem realmente visitadas, tendo possibilitado, tão

somente, maior chance de endossar o trabalho já realizado anteriormente em outras instituições.

Não houve, assim, nenhum motivo para arrependimento em relação à solicitação da extensão do prazo de autorização emitido pelo Comitê de Ética, já que sem esse documento, a ida ao campo estaria finalizada em dezembro de 2011. O calendário marcava março de 2012. Era um novo ano, as instituições iniciavam outro período letivo e avaliou-se que valeria à pena reiterar a importância da participação de cada profissional na pesquisa em instituições que já haviam sido visitadas anteriormente.

* * * * *

O trabalho na CRE X me parecia o mais promissor, dada a proximidade com a região da cidade que mais transito e por conhecer a maior parte das instituições devido ao fato de lá ter desenvolvido um trabalho anteriormente.

Assim, no dia 09 de junho de 2011, às 14 horas – uma hora após ter feito a retirada do Parecer favorável do Comitê de Ética para a realização da pesquisa e das autorizações da Coordenadoria de Educação da SME a serem apresentadas em cada CRE, houve “ensaio” do pontapé inicial para a visitação das primeiras instituições de educação infantil, conforme registrado no diário de campo em trecho abaixo reproduzido.

Registro do diário de campo III

Estava animada para, já no dia seguinte, visitar as primeiras creches. Cheguei rapidamente no endereço e me apresentei na Gerência de Educação, já com toda a documentação xerocada para manter em meu arquivo, já que eles deveriam ficar com o documento original de autorização para fazer o trabalho naquela Coordenadoria. Levei, também, uma cópia do projeto apresentado na SME para não deixar dúvidas quanto ao que se pretendia fazer em cada creche em que houvesse um homem atuando com AAC. Mas dei muito azar: a professora que deveria me atender não estava e me pediram para voltar outro dia. Para adiantar, deixei a documentação com a professora que me atendeu e que me informou que ia deixar na mesa dela. Segui o seu conselho e deixei, também, uma explicação por escrito, me apresentando e avisando que faria novo contato.

A reflexão sobre os diferentes cenários, nos quais a pesquisadora teve envolvimento ao longo das etapas que constituíram o trabalho empírico, redundou num lamento: apesar de reconhecer a pertinência da manutenção do anonimato das pessoas envolvidas com a pesquisa – seja através de seus silêncios ou suas falas -, seria gratificante poder nomear os espaços nos quais o trabalho foi acolhido, nos quais não faltaram palavras de incentivo. O comparecimento em uma das CREs, por exemplo, gerou um desconforto inicial, logo minimizado por outras profissionais que conferiram um outro rumo à situação, conforme registrei no diário de campo, referente ao trabalho do dia 16 de junho de 2011:

Registro do diário de campo IV

Apesar de ter andado por mais de meia hora, indo e vindo sem ter resolvido nada, já na estação, decidi que aproveitaria a tarde para fazer as duas CREs que eram praticamente vizinhas. O trem chegou rápido e, em menos de 15 minutos, já estava novamente fora da estação, procurando pela localização da rua. O caminho era muito convidativo: comércio farto, lojas de tudo quanto é tipo, muita gente passando... Parei para um lanche e quando me dei conta, estava pertinho. Já fui separando a autorização e a cópia do projeto para não demorar muito na apresentação desses documentos. Diante do prédio, o guarda municipal me explicou a sala a qual deveria me dirigir.

Como eu já tinha ligado no dia anterior, expliquei à senhora que me atendeu sobre o trabalho e perguntei pela professora responsável. Esta, que digitava de costas para mim, virou-se e respondeu que só cuidava de pesquisa às terças-feiras. Eu disse que já sabia, mas como eu morava longe, no bairro [...] e estava ali do lado, resolvi já deixar a autorização e o projeto para ela saber do que eu precisava, para agilizar o trabalho. Pela sua fisionomia, vi que ela não gostou. Em seguida ela falou: “É... Mas assim embola o meio de campo”. Eu respondi que alguém poderia receber, para ela ler depois, e eu voltaria na terça-feira. A senhora que me atendeu, envolveu-se no atendimento e contemporizou: “Claro, deixa aqui. E você também mora muito longe...” Em seguida, ouvi um: “Me dá logo isso... E o quê você está querendo fazer?” Fiquei toda contente por dentro, mas disfarcei e comecei a explicar para a professora responsável. Ela me pareceu aliviada: “- Isso não é comigo, não. Vai ter que ver primeiro com a GRH. Aqui tem um modelo de autorização, mas você não quer ir em todas...” Foi quando alguém teve a brilhante ideia: “Mas ela não está autorizada a fazer o trabalho? Então dá aquela autorização geral e ela vê com o RH onde ela quer ir”. A sugestão foi aceita e eu saí de lá, rumo ao

RH com um documento que me franqueava a entrada em qualquer creche, EDI, CIEP ou escola da região. Adorei!

A melhor parte ainda estava por vir: no RH, a pessoa responsável me atendeu sorridente, me convidou para sentar e me ofereceu água e café. Mobilizou outras três pessoas para fazer a contagem dos AACs e, em 20 minutos, saí de lá feliz da vida. Ainda ouvi palavras de incentivo, quando agradei a todas pela ajuda: “Não tem o quê agradecer, a gente precisa saber o que as pessoas pensam, como elas estão trabalhando, não é? Eu mesma já fiz um trabalho parecido com esse pra Especialização, sei como é isso”. Em seguida, completou: “Se depois você quiser saber o quantitativo dos outros meses, é só procurar a gente, porque esses dados mudam muito...” Ai, que alegria! Eram os primeiros dados que eu conseguia. Desci a rua. Depois parei para tomar café e só pensava, feliz: “Podia ser sempre assim...”

* * * * *

Em uma das CREs visitadas, após a tradicional espera para ser atendida, houve certa vibração com o tema pesquisado. A receptividade ficou evidente nos comentários que pude registrar, em linhas gerais, no diário de campo:

Registro do diário de campo IV

Professora A: - Professora B, aqui... Ela está fazendo uma pesquisa sobre os homens na creche.

E, voltando-se para mim:

- É que nós temos um Núcleo de Gênero...

Professora B: - Ih, isso aqui deu a maior confusão, tem até um rapaz que não está indo para a creche. Ele está trabalhando aqui.

Professora A: - Nossa, eles sofreram mesmo... Agora até que está melhor, mas já se abriu tanta sindicância.

Professora B: - É, mas no final não se comprova nada... Não teve nada.

A sindicância administrativa, cujas diretrizes constam do Decreto Municipal Nº 4784 (Rio de Janeiro, 1984), define-se como

[...] a apuração imediata, por meios sumários ou mediante processo administrativo disciplinar, de quaisquer irregularidades no serviço público [...]; [tal] procedimento [...] tem por finalidade o levantamento de todos os dados e informações capazes de esclarecer o fato irregular e de identificar, pessoas nele envolvidas (Rio de Janeiro, 1984, art. 2º).

É procedimento de “natureza reservada” e sigilosa, instaurado por documento escrito e divulgado no Diário Oficial do Poder Executivo da Prefeitura, concretizando-se através de uma comissão composta por três servidores do quadro efetivo de servidores. O grupo tem o prazo de até 45 dias – prazo prorrogável uma vez, por mais 10 dias - para o “esclarecimento dos fatos e a determinação de responsabilidade” em irregularidades cometidas no exercício da função pública (Rio de Janeiro, 1984).

Em linhas gerais, considerando os casos que costumam envolver o trabalho do agente auxiliar de creche, no âmbito de realização da sindicância, uma das medidas acautelatórias pode ser tomada: a suspensão preventiva, prevista no caso de o afastamento do “suspeito” ser indicado para que não haja influência na apuração da falta. A outra medida, não relacionada ao esse tipo de caso seria a prisão administrativa. Esta é indicada quando há “desvio ou omissão do funcionário em efetuar as entradas, nos devidos prazos, de dinheiro ou valores pertencentes à Fazenda Municipal ou que se acharem sob a guarda desta” (Rio de Janeiro, 1984, art. 6º). Convém ressaltar que, caso a irregularidade objeto de apuração da sindicância configure, também, ilícito penal, deverá ser registrada sua ocorrência junto à autoridade policial.

A convocação e inquirição das pessoas envolvidas, bem como o registro de suas declarações são exemplos de incumbências do presidente da comissão de sindicância.

O processo prevê ainda, entre outras possibilidades, a realização de acareação, reconhecimento e realização de perícias técnicas, que deverão consubstanciar o relatório final. Este documento conclusivo conterá a exposição do que foi apurado, não devendo mencionar “quaisquer observações ou conclusões de cunho jurídico ou legal, deixando à autoridade competente a capitulação das eventuais transgressões disciplinares previstas no Estatuto [dos Funcionários Públicos do Município]” (Rio de Janeiro, 1984, art. 23). Cabe à Assessoria Jurídica da Prefeitura o estudo da pena que deve ser aplicada ou a proposição “à autoridade superior a remessa dos autos da sindicância, em original, para instauração de inquérito administrativo”. Tal incumbência deve ser efetivada em até 8 dias.

O conhecimento sobre a realização de algumas sindicâncias envolvendo os AACs, imediatamente inspirou o desejo de consultar esse material que, embora sigiloso à época em que as mesmas estão em curso, acredita-se, possa se converter em rico material para pesquisas posteriores.

Imediatamente também vêm à lembrança expedientes utilizados no passado, motivados por uma espécie de busca popular por uma certa “justiça”, engendrados no território francês durante o século XVIII: as *lettres-de-cachet*. Embora estas já tenham sido objeto de estudo de autores diversos, é no contexto da obra foucaultiana que tal lembrança ganha vida.

Em uma das já citadas conferências que Foucault realizou na PUC-Rio, em 24 de maio de 1973, em que o autor objetivava “mostrar quais são as formas de práticas penais que caracterizam essa sociedade [do século XVIII]; quais as relações de poder subjacentes a essas práticas penais” (Foucault, 2011, p. 79) que permitiram a constituição de uma sociedade do tipo disciplinar, ele fez menção ao papel das *lettres-de-cachet* – “ordem do rei que concernia a uma pessoa, individualmente, obrigando-a a fazer alguma coisa”, constituindo-se, majoritariamente, como “um instrumento de punição” (Foucault, 2011, p. 95).

Foucault menciona as *lettres-de-cachet* num contexto em que está examinando, especificamente, como o inquérito - parte dos procedimentos relativos à execução da Justiça na Idade Média - foi substituído por um saber distinto: “um saber de vigilância, de exame, organizado em torno da norma pelo controle dos indivíduos” (Foucault, 2011, p. 88). Tipo de saber este que, engendrou mecanismos que assumiam “cada vez maior importância, [e] se estenderam finalmente por toda a sociedade e se impuseram a uma prática penal” (Foucault, 2011, p. 89). No que concerne à prática penas, normalmente, previa-se o esquitejamento, o banimento, o pagamento de multa e, em última instância, o suplício; nunca previa a prisão. Esta última “que vai se tornar a grande punição do século XIX, tem sua origem precisamente nesta prática para-judiciária da *lettre-de-cachet* (Foucault, 2011, p. 98).

Essas ordens reais eram instrumentos vinculadas à polícia que, por sua vez, era um instrumento para-judiciário, em contraposição aos parlamentos e às cortes, instrumentos judiciários clássicos. Assim, elas não eram nem lei, nem

decreto e os estudos de Foucault indicaram que “dezenas de milhares de *lettres-de-cachet* enviadas pelas monarquia eram, na realidade, solicitadas por indivíduos diversos: maridos ultrajados por suas esposas, pais de família descontentes com seus filhos[...]" (Foucault, 2011, p. 96).

Após esse estudo, o autor sugere a classificação dessas ordens reais em três categorias: as *lettres-de-cachet* referentes à infração no campo das condutas religiosas; aquelas utilizadas para regular conflitos relativos ao trabalho e, a que mais faz remissão ao caso aqui em estudo, as *lettres-de-cachet* que aludem a assuntos no campo da moralidade vigente, das quais os casos de “devassidão, adultério, sodomia, bebedeira”, entre outros casos que são bem ilustrativos (Foucault, 2011, p. 97).

Guardadas as devidas diferenças - no cenário histórico, na inserção no aparato administrativo e no processo de execução de ambas (as *lettres*, por exemplo, redundavam em prisão, as sindicâncias não se prestam à indicação de sanção desse tipo, conforme exposto acima) - , o pontapé inicial para as *lettres-de-cachet* é similar ao da sindicância. Observa-se que ambas partem de pessoas que, compartilhando a cotidianidade, sentem-se incomodadas com alguma ocorrência ou verificam algo que é considerado ilícito e procedem a denúncia.

No âmbito das creches, tendo em vista o contexto em que as sindicâncias foram lembradas na CRE, é notório que as ocorrências envolviam suspeitas sobre possíveis abusos. Ao final de todo o ritual para apurar a veracidade de cada denúncia, via de regra (considerando-se os comentários feitos: “Nunca se comprova nada!”), as denúncias parecem sem fundamento. Nesse caso, assim como ocorria com as *lettres*, a sindicância se inicia com “uma espécie de contra poder, poder que vinha de baixo e permitia a grupos, comunidades, famílias ou indivíduos exercerem um poder sobre alguém” (Foucault, 2011, p. 96-97). Em se tratando das *lettres-de-cachet*, o intendente do monarca realizava um inquérito para verificar a veracidade das informações; atualmente, a apuração sumária dos fatos se concretiza na sindicância.

5.1.2.

Escola: território feminino?

Em uma das CREs visitadas, a professora responsável pelo atendimento dos pesquisadores indagou sobre o título provisório do projeto, demonstrando discordância com a expressão “território feminino”. Dizia ela, após a explicação do que a expressão pretendia contemplar:

Mas assim você não acha que está sendo muito preconceituosa, não? Hoje em dia, mulher está em profissões que antes só tinha homem. Tem mulher engenheira, no setor de obras... Em pleno século XXI, não tem mais um território, assim, que seja de ninguém. (Professora Colaboradora)

Buscou apoio de uma colega de setor, que se limitou a rir dos seus comentários. Essa espécie de indignação ratificou o quanto a ideia de “território” e, mais ainda, “território feminino” deveria ficar bem explicada ao longo desse estudo.

Cabe ressaltar que, embora não se tenha feito a gravação dos episódios acima mencionados, optou-se pela divulgação das conversas mais significativas estabelecidas por possibilitarem a apreensão de aspectos importantes que caracterizaram o Campo.

Tendo em vista o levantamento sobre a composição do quadro funcional das creches, o quantitativo de homens atuando como AAC, foi uma informação que não estava prontamente disponível em nenhuma CRE. No entanto, algumas gerentes de RH foram mais solícitas ao fornecimento dos dados. Para algumas, o “sistema estava lento”, impossibilitando a contagem ou “com tanta coisa para fazer, ainda tem mais isso”, como se o atendimento ao pesquisador não fosse uma demanda de trabalho.

Normalmente, as Gerências de RH possuem uma listagem geral de funcionários por cargo. O exame dessas listagens demonstra que nenhum estudo

específico sobre composição do quadro de servidores do magistério, baseado na perspectiva de gênero, é feito pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Invariavelmente, era necessário aguardar que uma funcionária fizesse a contagem dos AACs e Professores de Educação Infantil identificados como do sexo masculino ou feminino.

Uma segunda opção utilizada pelas Gerências de RH foi a disponibilização do *Magister*, para que a própria pesquisadora pudesse contar - a partir de mapas de frequência entregues pelas instituições - o número de AACs lotados em cada uma delas, identificando, primeiramente pelo nome, o quantitativo de homens e mulheres.

Já nos primeiros dias visitando as CREs, percebeu-se a necessidade de empreender-se um esforço para fazer o levantamento quantitativo *in loco*, pois nas ocasiões em que houve a promessa de aquisição desses dados posteriormente, via de regra, os contatos telefônicos foram infrutíferos. Solicitações feitas por correio eletrônico – ainda que esta forma de contato fosse previamente combinada com a profissional responsável pelo atendimento – também ficavam sem resposta. Assim, em três Coordenadorias houve a necessidade de outras duas ou três visitas para que os dados quantitativos fossem coletados.

Corroborando a premência de discussão sobre os lugares sociais atribuídos a homens e mulheres, nas creches pesquisadas foi encontrado um material de divulgação no qual se reafirma a educação e o cuidado da infância como campos de atuação feminina. Com a chamativa indagação “Você é uma mãe nota 10?”, o *Guia da Educação em Família* é uma pequena cartilha que traz, entre outras matérias, um teste para que se descubra qual é o nível de participação das mães na educação dos filhos.

Embora em uma primeira leitura - desconsiderando-se a pergunta que encabeça o teste e as orientações subsequentes -, o material possa fazer referência aos pais e às mães, há colocações que não deixam dúvidas quanto ao material ser dirigido às mulheres. Uma das perguntas e uma orientação, que tem a frase marcada com o substantivo feminino, ilustram bem isso:

- 4- Você deixa seu filho faltar às aulas?
() a) Às vezes, *quando preciso de ajuda em casa*

- () b) Nunca, a escola é muito importante
() c) Quando ele está um pouco cansado, deixo sim (Rio de Janeiro, 2011, p. 4, grifo nosso).

Orientação 7: DÊ O EXEMPLO

Seja *curiosa*: pergunte, questione, procure entender (Rio de Janeiro, 2011, p. 8, grifo nosso).

É pertinente observar que, no diálogo com as muitas professoras que se pode estabelecer contato, via de regra, elas observavam o quanto “falar sobre o preconceito” que homens e mulheres sofrem é importante. Essa forma de pensar parece não ter alicerce suficientemente forte para fazer essas mesmas docentes ficarem incomodadas com o conteúdo da referida cartilha. Em apenas uma instituição ouviu-se críticas ao material.

Essa postura endossa o quanto há um longo caminho a ser percorrido para que os famosos “papéis” vinculados ao gênero sejam reestruturados a partir da ação cotidiana dos sujeitos. Embora a noção de “papel social” seja hoje pouco acionada no âmbito acadêmico, como categoria de análise, a mensagem que vincula tem forte apelo na configuração das identidades de homens e mulheres. Assim, as relações de poder e as hierarquizações baseadas no “gênero”, aqui estudadas, parecem ser secundarizadas.

É a partir desse tensionado campo, prenhe de embates - e no qual os sujeitos assumem diferentes posições que os/as agentes auxiliares de creches foram ouvidos.

5.2. Relações de poder em discurso: uma análise

O trabalho em AD, de acordo com as pistas elaboradas por Michel Foucault, é bastante desafiador. Assim, outras leituras muito auxiliaram para que as características de um trabalho em Análise do Discurso fossem cada vez mais

aclaradas para a pesquisadora (Rocha & Deusdará, 2005; Rocha & Deusdará, 2006).

Não obstante, talvez, por “vício de trabalho” - porque proceder a análise do conteúdo era o caminho, confortavelmente, percorrido até então -, ocupar o lugar do analista do discurso exigiu esforço e dedicação. Acredita-se que estar nesse lugar e, a partir dele, trabalhar com competência, implica muita experiência, estudo e constante partilha de leituras e impressões com outros pesquisadores. Em todos esses sentidos, esse trabalho é um *début*.

De antemão, convém contextualizar que as nove entrevistas semi-estruturadas que fazem parte do *corpus* em análise foram gravadas nas dependências das creches visitadas. Na maioria das vezes, utilizou-se o horário de repouso das crianças ou um momento em que o/a entrevistado/a pudesse ser substituído por outro/a profissional. Sete entrevistas foram realizadas individualmente. Em uma ocasião, os educadores solicitaram a realização da entrevista em dupla, o que foi prontamente feito. O tempo de duração das entrevistas variou entre 18 e 47 minutos.

Conforme já exposto, as entrevistas gravadas foram transcritas pela própria pesquisadora. Na reprodução dos relatos utiliza-se “P” para identificar as perguntas feitas pela pesquisadora; usa-se “E” para identificar o que foi dito pelo/a entrevistado/a. Os participantes receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, constante do anexo 6. Breve caracterização dos/as educadores/as entrevistados/as foi feita no anexo 7. Esclarece-se que os primeiros nove nomes constantes da listagem referem-se aos/às agentes auxiliares de creche que foram entrevistados/as.

* * * * *

Tateando na tarefa de proceder a Análise do discurso, em diálogo com o arcabouço teórico tal qual desenvolvido por Michel Foucault e explicitado no capítulo 3, pouco importa para o autor "análises que se referem ao campo simbólico ou das estruturas significantes" (Foucault, 2010b, p. 5). Uma questão enfatizada por Michel Foucault oferece o pontapé inicial: “como apareceu um

determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (Foucault, 2010, p. 30). Tendo como ponto de partida, o *arquivo* a que se fez referência no capítulo quatro, inicialmente, alguns educadores fazem referência a um “esperado não lugar”, embora haja referência à tranquilidade de quem logo se situou. Sobre as primeiras reações, compartilham:

Relato 1

P: Seu primeiro dia, você lembra como foi?

E: Bom, eu pensava que ia ser bem pior. [...] Eu pensava que as crianças ficavam soltas, que eram muito bagunceiras, entendeu? Eu já vim, assim, preparado para o pior. Mas, aí, quando eu cheguei, eu achei super tranquilo.

[...]

P: Em algum momento você pensou em desistir?

E.: Nããão. (Risos)

P.: E como foi para se situar nisso tudo?

E: Assim, eu prestava bastante atenção. Elas também me ensinaram bastante, entendeu? Em nenhum momento negaram algum tipo de informação... Nada. Sempre me passaram tudo. Sempre me incluíram. Porque, às vezes, quando você chega, você fica até meio sem graça de se enturmar, né? Mas elas mesmo fizeram esse papel de me puxar para o grupo delas, entendeu? (Relato de Aron)

Outros relatos sobre a chegada e as tentativas de distribuição de tarefas, permitem já antever os embates que ocorreriam:

“Ih, homem... creche... isso não vai dar certo” (Relato de Maria).

“- Você vai trabalhar em creche? Você, homem...?” (Relato de Gael)

“Eu fiquei assim: 'Caramba, o que eu tô fazendo aqui?’” (Relato de Gael)

“Ele no Berçário não dá, porque tem muito cocô e tal... [...] Dar o banho, não. É uma regra da creche, o banho ele não dá” (Relato de Maria).

“A recepção não foi assim, tão... Foi difícil. Então aí, como a minha irmã já tinha sido diretora de escola pública há 22 anos, então, e ela conhecia a minha irmã, aí ela começou a relaxar” (Relato de Nollan).

Em princípio, não surpreende que o ideal heteronormativo seja acionado prontamente. Tanto no caso da “rejeição” e da estranheza, quanto o caso em que o educador fala satisfeito sobre a recepção das colegas de trabalho (que funcionam

como “modelos, como guias nesse novo universo) é esse ideal que, ao menos em parte, pode auxiliar na busca da resposta sobre “como tais enunciados puderam ser formulados”. Ainda assim, elas, que compartilharão mais de perto o cotidiano com eles, assumem uma postura receptiva.

Quando Michel Foucault confessa que “gostaria que [o discurso] fosse ao seu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, [...] de onde as verdades se elevassem, uma a uma” (Foucault, 2010a, p. 7), faz o convite para que não se busque nenhum sentido alhures, captando tão somente aquilo que é dito, independentemente do tipo de materialidade através do qual o discurso ganhará existência. Os relatos abaixo são bastante contundentes na verbalização do que parece estar em jogo, quando os homens são mal recebidos por algumas pessoas:

Relato 1

Muita coisa mudou hoje, mas a gente sabe, muitas famílias, tem aquela coisa. Pode ser que eu esteja errado, mas as famílias na minha classe social, menos favorecida, tem essa coisa, 'mulher faz isso', 'homem faz aquilo'; 'A mulher lava, cozinha e passa'; 'O homem é o provedor da casa e sai para trabalhar'. (Relato de Bento)

Relato 2

P: Não houve nenhum pedido [para que ela desse o banho sozinha], mas se tivesse você entenderia? Porque algumas meninas se queixam, porque ficam sobrecarregadas...

E: Eu entenderia. Eu entenderia porque, pelas pessoas... Elas não estão aqui dentro. Elas não sabem o quê está acontecendo. E a gente vê todo dia na televisão, muita coisa acontecer. As pessoas são muito ruins. O homem tem instinto muito animal, né? Então, assim, pela cabeça delas, para deixar elas tranquilas em deixar as crianças nesse ambiente, eu não me importaria. Como eu dava antes... Eu dava o banho em todos eles, assim... Mais para tranquilidade das mães e para não rolar nenhum problema com o Leo, às vezes... Eu não teria nenhum problema com isso, não. (Relato de Maria)

As esferas separadas por gênero e a "animalidade" masculina, quando o assunto é a sexualidade estão presentes nessas formulações discursivas. Ainda que Foucault analise e exemplifique que:

Quando se descreve a formação dos objetos de um discurso, tenta-se identificar os relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva e não se determina

uma organização léxica nem as escansões de um campo semântico: não se questiona o sentido dado, em sua época, às palavras "melancolia" ou "loucura sem delírio. [...]" (Foucault, 2010, p. 54).

Dessa forma, não pode-se deixar de observar que a analogia com o "animal", presente no segundo relato, remete à uma irracionalidade que afasta o "ser masculino", por um momento, da razão, da capacidade de discernimento, que, em tese e ainda que com algumas ressalvas, caracteriza o "humano".

Para Foucault, é importante “fazer surgir [...], com obstinação, toda a vivacidade da diferença: estabelecer, meticulosamente o afastamento” (Foucault, 2010b, p. 5), ressaltando a relevância das *descontinuidades*, conforme já abordado em capítulo anterior.

É assim que, ao que parece, os relatos abaixo têm potencial no sentido de possibilitarem o alcance de um dos objetivos aludidos pelo autor, quanto à operacionalidade de suas propostas: após o surgimento do que “é diferente”, cabe “definir, com o maior carinho, as transformações que, não digo: provocaram, mas *constituíram* a mudança” (Foucault, 2010b, p. 5, grifo do autor).

Relato 1

P: E você comentou com alguém que iria fazer o concurso para trabalhar em creche?

E: Falei, falei...

P: E a reação das pessoas?

E.: Elas incentivaram...

P: E alguém estranhou?

E: Não... Se estranhou ninguém comentou comigo. (Relato de Aron)

Relato 2

P: Além de você ser AAC, o motivo pelo qual você foi convidada a participar dessa pesquisa, é você estar atuando com um rapaz. Eu queria que você falasse um pouquinho disso. Você já tinha trabalhado com um rapaz antes?

E: Não... [...] Trabalhar junto foi a partir desse ano, há uns dois meses, quando eu troquei de turma. Mas eu não vejo diferença... É, num primeiro momento, quando a gente viu lá que o cargo podia ser do sexo masculino, começou-se a estranhar. Mas para mim, não me choca... Não vejo problema, absolutamente. Eu acho que é normal. Mas as pessoas estranham mesmo...

P: “As pessoas estranham mesmo”. Por quê?

E: Eu acho que é cultural. Assim como você vê mulher como mecânica, mulher dirigindo caminhão, você tem um estranhamento porque foi sempre acostumada a ver um homem. E é sempre assim... Quando você vê um homem num local em que você só via mulher, acho que você estranha... Mas eu acho que é preconceito.

P: Na sua casa, com quantos homens você convive?

E: Com dois.

P: Você imagina algum deles realizando essas atividades?

E: Olha, o meu marido trocou os meus filhos. O meu marido cozinha, costura, porque eu não sei costurar. E eu limpo ralo, essas coisas... Então, talvez, por isso, eu não sinta tanto estranhamento. O meu marido sempre cuidou dos meninos lá em casa. (Relato de Zaira)

Relato 3

P: Eu percebo um entendimento da sua parte desses argumentos, mas quando você chegava em casa, você falava alguma coisa?

E: Ah, comentava... Todo mundo queria saber como era o meu dia aqui. O pessoal ria muito, porque eu sou meio palhaço, meio bagunceiro. Então... Pô, as crianças gostavam desse meu jeito, sabe? De brincar, fazer molecagem com eles...

P: E em relação às restrições você fazia algum comentário? Como você sentiu as restrições?

E: Eu entendi... Porque, é aquilo que eu te falei, é um ambiente feminino, com criança... Um homem. Entendeu? Aí, é claro que as pessoas iam ficar assustadas.

P: Em algum momento você pensou em desistir dessa oportunidade de trabalho?

E: Não. Engraçado, que não. Eu me adaptei tão bem. Gostei tanto de trabalhar com as crianças. Eu me divirto muito com eles. (Relato de Nollan)

Relato 4

P: Antes de trabalhar como AAC, que trabalhos você já teve?

E: Eu já [...] trabalhei na cozinha. Esse universo feminino, digamos assim, eu sempre frequentei. Eu trabalho com as mulheres desde o meu primeiro emprego. Então, eu não tenho essa coisa, não tenho mais vergonha, mais isso de eu estou chegando no universo delas. Isso já passou há muito tempo. Hoje em dia, eu converso com as mulheres sobre todos os assuntos. Não tem isso de 'esse assunto não tem a ver comigo'. (Relato de Dinei)

Relato 5

“A minha esposa falou isso. Que ela também se sentiria desconfortável, se ela tivesse que deixar a nossa filha com um homem numa creche. Aí eu falei, não, mas é... E aí ela falou: “Eu conheço você, claro. Mas se fosse uma pessoa estranha, eu também não ia me sentir desconfortável, não sei se deixaria”. Mas aí, eu já sabendo, já vim vacinado, sabendo que ia encarar tudo isso. Aí tive muita

paciência com as mães. Sempre falei para elas. Isso eu até comentei com uma mãe há poucos meses. Eu não lembro o assunto que a gente tava abordando, e eu falei pra ela, até na frente da dona Junia, a gente estava tendo uma mini reunião assim, e eu falei para ela: “Não, mãe, você tem que desconfiar mesmo, a filha é sua e você sabe o cuidado que você tem que ter com a sua filha e você tem que desconfiar de todos sim, não só dos homens, mas das mulheres. Agora você tem que ter uma forma, uma estratégia, não de desconfiança, tem que procurar conhecer aonde a sua filha está sendo tratada, as pessoas que estão tratando a sua filha [...]. Só que você está corretíssima. Você tem que desconfiar sim, você tem que estar sempre desconfiando, tem que estar sempre ligado, antenado em quem está cuidando da sua filha. E isso eu sempre passei para as mães, eu nunca condenei a atitude delas de, entre aspas, desconfiar de mim ou de qualquer outra pessoa. Eu só acho que essa forma é que não tem que ser agressiva, não tem que ser radical, mas é natural que isso aconteça, vide o depoimento da minha própria mulher. Ela foi sincera: 'Não, Eu não sei se eu deixaria'. E eu acho que até tem muita gente que tem esse desconforto e não fala”. (Relato de Bento)

Relato 6

P: Você lembra que pontos foram abordados nessa reunião em que conversaram sobre a chegada dele?

E: O comentário era de que ele fez um concurso, abriu para homens e mulheres e ele tinha o direito de estar aqui. Não jogaram ele aqui, ele não caiu de paraquedas. Ele percorreu um caminho para chegar aqui. E elas explicaram: essa coisa, esse preconceito, tanto a mulher quanto o homem podem fazer maldade com a criança. Porque a gente só vê, a mamãe, a mamãe, a mamãe... E aí no profissional vê, tem que ser mulher. Ele é ótimo rapaz, gosto de trabalhar com ele. (Relato de Maria)

Relato 7

“Aí, vários pais, vários pais, não, várias mães e avós reclamando. Eles apresentaram os vários auxiliares na reunião, as meninas que tinha entrado na segunda chamada. E mãe levantando: 'Mas vai ser ele que vai dar banho? Não pode ser, não é possível... Homem na creche'. Aí várias pessoas se levantaram e se posicionaram a favor. Teve um pai que se posicionou: 'Minha filha era de outra creche, tinha um rapaz também, que trabalhava direito'. Teve outras pessoas que levantaram também e falaram a favor, mas... Eu fiquei assim: 'Caramba, o que eu tô fazendo aqui?'” (Relato de Gael)

Relato 8

“Inclusive tem um relato bacana que aconteceu no ano retrasado com um pai no começo do ano, eu vim a saber disso quase no final do ano. Eu tinha uma relação bacana com o pai, de uma menina. Me falaram que o pai, tinha uma rodinha de mães, esperando para ir embora e falaram: “Pô, mas tem um homem na turma e, na turma ninguém me conhecia e o pai também era novo... Era todo mundo novo e algumas pessoas falaram. 'Tem um homem na turma, não sei o quê...' E o pai falou assim: 'Pô, vamos dar um voto de confiança para ele’”. Quer dizer, um relato que partiu de um homem... Quer dizer, é uma coisa legal. E até hoje eu tenho uma relação bacana com ele, com a filha dele. Ela vem aqui, me abraça. E partiu

dele, não é? Ele teve essa visão: 'Pô, vamos dar um voto de confiança...'"(Relato de Bento)

Outros relatos:

“É uma regra da creche, o banho ele não dá. Mas eu não acho certo” (Relato de Maria).

“Muitos acham que a questão de ser homem tem a questão do abuso, acho que eles associam, mas eles esquecem que tanto o homem como a mulher podem praticar, não é?” (Relato de Gael)

“Um homem na creche. Acha que homem é... O que? Tarado? Mas tem mulher também. Tem homem ruim, mulher ruim. O ser humano. Tem tudo, né? É o ser humano” (Relato de Nollan).

Dessa forma, os relatos de Zaira, Nollan, Dinei, Bento, Maria e Gael que, respectivamente, comentam sobre a pertinência de homens e mulheres estarem em variadas atividades, independente de serem reconhecidos como pertencendo ao “sexo feminino ou masculino” e a boa avaliação sobre a estada na creche (lugar de trabalho e diversão, de compartilhar um período com as crianças, em que se está satisfeito), demonstram que nem todos os homens sentem-se (nem são tratados como se fossem) “invasores” (porque o estrangeiro, que visita e se retira, geralmente, é bem-vindo) nesse “território feminino” e nem todas as mulheres consideram correta a divisão de tarefas que as sobrecarrega nos momentos de higiene. Há, também, pais que demonstram apoio a estada deles nesse “território feminino”.

O acionamento de uma "situação jurídica" para justificar a entrada “desse estranho” além de exemplificar que novas formações discursivas podem circular, complexificando o debate, também, pode demonstrar que, na "busca de arrefecer os ânimos", toda estratégia parece legítima: o apelo à esfera do Direito, como algo que pode ser legalmente reivindicado é bastante significativo.

Nota-se, contudo, duas questões: primeiro, o reconhecimento de que, como no caso de Agadir (narrado na Introdução desse trabalho), a instância jurídica tem um poder de regulação, de "reivindicação de direitos", do qual não se pode abrir mão e, na vida social, deve ser acionado; de outra parte, porém, ainda que essa

estada masculina na creche possa ser garantida por essas vias, o que partiria de uma "instância judicial" não tem a prerrogativa de "modificar", efetivamente, o que as pessoas constroem sobre o que é "ser homem", "ser mulher" e sobre a constituições das diferentes identidades de gênero.

Assim, explicando aspectos que o preocupou até "chegar a uma análise que pudesse dar conta da constituição do sujeito na trama histórica", propondo sua *genealogia* (Foucault, 2010b, p. 7), o autor avalia, em relação ao poder:

[...] me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou (Foucault, 2010b, p. 7-8).

Quanto à circulação de outras formações discursivas, fica-se atenta à indicação de Michel Foucault de que se trata “de estabelecer [as correlações de um enunciado] com os outros enunciados a que pode estar ligado, [e] de mostrar que outras formas de enunciação exclui” (Foucault, 2010, p. 30).

Dinei também ressalta aspectos ainda mais originais de sua experiência, ao comentar que no trabalho anterior: “trabalhava praticamente oito horas na beira do fogão... Suava muito, perdia caloria e não me alimentava”, relata. Sua inserção como AAC é exercida com muito mais tranquilidade, já que o ambiente é mais “calmo”. Relata o agente auxiliar de creche que, na função de cozinheiro (inserção profissional anterior à chegada na Prefeitura e que foi exercida por cerca de 6 anos), costumava cozinhar “duas panelas, de quatro litros de feijão”; esforçava-se para preparar os oito quilos de feijão que as colegas providenciavam a catação, agregando aos afazeres, o preparo de vinte quilos de arroz. Já quanto às tarefas referentes ao cargo de agente auxiliar de creche, fala muito à vontade: “[...] eu sabia trocar fralda, dar banho, limpar cocô, dar comida na boca, essas coisas a gente faz...”

Convém observar que mesmo quando, estrategicamente talvez, busquem fazer com que circulem outras formações discursivas (“desconfie de todos, não só

de mim”, por exemplo), alguns educadores colocam-se como alguém que “compreende” a suspeita de que é alvo.

No seio dessas relações, em que os polos de poder são desiguais, o educador, por vezes, coloca-se como o ouvinte atencioso, diante da diretora que, em meio a tantos afazeres, está muito interessada na manutenção da paz cotidiana; em não deixar o “fogo acender”, como Bento avalia no seguinte relato:

Relato 1

P: Como essa questão de não participar do banho te chegou?

E: Foi conversado, né? A Direção me chamou para conversar. Eu entendi... Normal. Para mim...

P: Você não se sentiu desprestigiado?

E: Não. Em nenhum momento, não...

P: Por que você fala, assim, com muita serenidade... “Eu entendi...” “Eu não liguei, não”. Que sentimento te move a aceitar com tanta serenidade?

E: É difícil de explicar, mas eu sempre tive a minha consciência tranquila de que eu não iria fazer nada. Mas eu acho que para evitar acusações, às vezes, por que as pessoas falam mesmo, né? Acho que, para evitar problema, é melhor, mais tranquilo. Menos uma atividade também para fazer.

[...]

P: Antes de fazer esse concurso, na sua família, você já tinha cuidado de crianças?

E: Pouco, assim, ocasionalmente. Meus sobrinhos visitam a minha casa, mas não é todo dia. Então isso não fazia parte do meu cotidiano.

[...]

P: Planos para o futuro, Aron?

E: Minha visão é sair daqui. Não pelas crianças, mas pelo baixo reconhecimento, pelo baixo salário da Prefeitura. (Relato de Aron)

Relato 2

“Inclusive tem um relato bacana que aconteceu no ano retrasado com um pai no começo do ano, eu vim a saber disso quase no final do ano. Eu tinha uma relação bacana com o pai, de uma menina. Me falaram que o pai, tinha uma rodinha de mães, esperando para ir embora e falaram: “Pô, mas tem um homem na turma e, na turma ninguém me conhecia e o pai também era novo, era todo mundo novo e algumas pessoas falaram. 'Tem um homem na turma, não sei o quê...' E o pai falou assim: 'Pô, vamos dar um voto de confiança para ele’”. Quer dizer, um relato que partiu de um homem, quer dizer, é uma coisa legal. E até hoje eu tenho uma relação bacana com ele, com a filha dele, ela vem aqui me abraça. E partiu dele, não é? Ele teve essa visão: “Pô, vamos dar um voto de confiança... .

P: Que mecanismos você criou para ficar?

E: Compreensão, compreensão, compreensão. Você tem que tentar entender, né? Se colocar do outro lado. Aí eu me coloco sempre, eu tô sempre me colocando do

outro lado. [...] Eu sempre entendi o lado da mãe e o da Diretora, que tem que tentar apagar o fogo, se ele acender”. (Relato de Bento)

Um aspecto que salta aos olhos, de posse das entrevistas transcritas é a recorrente menção ao pronome pessoal na terceira pessoa – ela -, definindo um lugar de tomada de decisão e comando. Há, também, recorrente acionamento das figuras do “bom pai” e do “bom marido”, na busca pela desejada confiança:

Relato 1

Veio minha mãe [...] e minha esposa conhecer a creche. Elas vieram aqui, foram em outra creche. Gostaram daqui. (Relato de Gael)

Relato 2

P: Você estava falando que, quando soube que foi aprovado, você visitou algumas creches.

E: É, até para poder saber um pouco.

P: Só que não veio sozinho.

E: Exatamente, eu levei a minha esposa até porque eu sabia que ia ter um certo desconforto, por ser homem. Então, levei até por uma questão de imagem, né? “Pô ele é pai de família”, ele é casado, a esposa dele tá aqui. Já é um certo cartão de visita para eu poder me prevenir. Eu visitei as creches com ela e assim que eu cheguei aqui, a dona Raica trouxe a gente para dentro, conversou e a gente comentando. Aí ela falou, a minha esposa depois me relatou: “Não, a dona Raica foi muito bacana, trouxe a gente pra dentro, conversou, mas se eu fosse uma mãe de creche, eu ia ficar desconfortável em deixar a minha filha”, que, na época a minha filha tinha ela tinha 7, 8 anos... (Relato de Bento)

Relato 3

Mas que as mães ficaram muito assustadas, ficaram... Um homem na creche. Acha que homem é... O quê? Tarado? (Relato de Nollan)

Relato 4

P: E quem se colocou mais nessa reunião?

E: Quem se colocou mais, assim, foram as mães e as avós... (Relato de Bento)

Relato 5

“Aí, eles foram se acalmando mais. Mas mesmo assim durante as outras semanas, era assim: eu era uma novidade. Eu ficava com a sala aberta, as pessoas vinham, ficavam olhando. Aí apontava... Tinha mães que chegava, lá fora, ficava se

juntando, se mobilizando com outras pra reclamar...Até que a direção ajudou, falava com elas que não, que a gente ia continuar trabalhando, que a gente fez concurso público”. (Relato de Gael)

Relato 6

“A recepção não foi assim, tão... Foi difícil. Então aí, como a minha irmã já tinha sido diretora de escola pública há 22 anos, então, e ela conhecia a minha irmã, aí ela começou a relaxar”. (Relato de Nollan)

Relato 7

“Eu falava: 'Deixa que eu vou dar banho.' Não falava assim pra ele: 'Não, ô... não dá banho, não'. Eu não falava isso, entendeu? Eu pegava e eu ia e falava: 'Leo, vai mandando as crianças que eu vou dando banho'. [...] Então, eu tentei assim, de uma certa forma, eu acho, a gente tem esse negócio de mãe, de tentar proteger, eu quis deixar ele um pouco fora disso. Por que sei lá, acusar... Porque se, por ventura, viesse a acontecer alguma coisa, alguma criança... 'Ah, o tio Leo mexeu...' 'Não, o tio Leo não mexeu, não. O tio Leo nem dá banho’”. (Relato de Ada)

Essa remissão ao domínio do signo, contudo, não se coaduna com as proposições de Foucault, já que ele dirá que:

[...] gostaria de mostrar [...], que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva (Foucault, 2010, p.55).

Quando o autor alude "às palavras e às coisas" remete quem o lê à questão da representação. Em *As Palavras e as Coisas*, livro pioneiro de Foucault, lançado em 1966, ele discorre longamente sobre a linguagem, seu poder de representação desde a época clássica, situando a “Gramática Geral”.

Valorizada nos séculos XVII e XVIII, a Gramática Geral teria por objeto próprio o estudo do discurso, entendido como "sequência de signos verbais" (Foucault, 2007, p. 115). Isso só se romperá no final do século XVIII, quando, em seu entendimento, o "trabalho", a "organização" e o "sistema flexional" forjaram mudanças no sentido representacional. Condições exteriores à própria representação justificariam essa mudança. Nesse tempo,

Para ligar a representação de um sentido com uma palavra, [era preciso] recorrer às leis puramente gramaticais de uma linguagem que [...] está submetida ao

sistema rigoroso de suas modificações fonéticas e de suas subordinações sintéticas; se na idade clássica, as línguas tinham uma gramática porque tinham o poder de representar; agora representam a partir dessa gramática (Foucault, 2007, p. 326).

Para Foucault, com isso: “a representação perdeu o poder de criar, a partir de si mesma, [...] os liames que podem unir seus diversos elementos” (Foucault, 2007 p. 328).

Prosseguindo, o autor comenta que, no século XIX, a teoria de uma 'articulação representativa’ que definia as palavras e as individualizava - "reportando-se ao conteúdo que podiam significar' (Foucault, 2007, p. 408) - , cede lugar ao estudo das “variações interiores” da língua. Por meio dessas, “as palavras agora caracterizar-se-iam, primeiramente, por sua morfologia e pelo conjunto das mutações que cada uma de suas sonoridades pode eventualmente sofrer” (Foucault, 2007, p. 408).

É assim que "a linguagem se dobra sobre si mesma, adquire sua espessura própria, desenvolve uma história, lei e uma objetividade que só a ela pertencem" (Foucault, 2007, p. 409). Retomando certa "densidade enigmática", através da linguagem pode-se "inquietar as palavras que falamos, [...] denunciar o vinco gramatical de nossas idéias, [...] tornar de novo ruidosa e audível a parte de silêncio que todo discurso arrasta consigo quando se enuncia" (Foucault, 2007, p. 412).

Toda essa digressão permite a compreensão do afastamento que o autor propõe da questão representacional. Ele adverte: "de uma análise como a que empreendo, as *palavras* estão tão deliberadamente ausentes quanto às próprias *coisas* [...]; fica-se, tenta-se ficar no nível do próprio discurso [que não "é" o texto, que ora ganha relevo quando observa-se a recorrência de um pronome "ela" (Foucault, 2010, p. 54, grifos do autor).

Na análise de Michel Foucault:

[...] gostaria de mostrar que os "discursos", tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são [...] um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras [...]; gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; [...] (Foucault, 2010, p. 54-55).

Um dos pilares importantes para a Análise do Discurso, baseada no que propugna, é salientada:

[...] uma tarefa diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 2010, p. 55).

Na tentativa de aproximação com essa proposta do autor, observa-se que a persistente alusão ao "ser feminino" está articulada às relações de poder. Essas mulheres, ocupando diferentes espaços na vida dos homens, são destacadas por atuarem como espécies de fiadoras da boa índole desses, gerando uma proximidade que garante uma inserção mais fácil nesse território.

No contexto das vinte e duas creches visitadas, quem “aplica a lei” são as pessoas que ocupam o cargo de Direção: são mulheres, professoras do quadro efetivo da Prefeitura, que ocupam este posto porque foram escolhidas em reconhecimento aos “bons serviços prestados”, ao longo de muitos anos de trabalho, além de terem boa articulação política no âmbito da Coordenadoria Regional de Educação a qual sua matrícula está vinculada.

Igualmente, ao estudar a ocorrência do suplício (“físico” – definido como “ação imediata e direta do carrasco sobre o corpo do 'paciente” (Foucault, 2011a, p. 51), Foucault esclarece que o “executor não é simplesmente aquele que aplica a lei, mas o que exibe a força” (Foucault, 2011a, p. 51).

Ao “aplicarem a [sua] lei”, as diretoras costumam lembrar, também que, em virtude de direitos constitucionais, que assegura a igualdade entre homens e mulheres, nada pode ser feito para que um homem que foi legitimamente aprovado em um concurso público não exerça o seu cargo. Tais aspectos compõem a tentativa que, por vezes, têm de fazer com que outros discursos circulem. Assim, eles têm o direito de ali estarem, se não por “gosto” delas, pela força da lei.

Não obstante, essas mesmas professoras “exibem a sua força”, como “mulheres-mães” “mulheres-diretoras”, ao assumirem como seus os “medos” demonstrados pelas famílias (pais, mães e avós) e a assentirem que, de fato, os homens que chegam para trabalhar como agente auxiliar de creche não devem desenvolver todas as atividades inerentes ao seu cargo.

Entre a dúvida do que pode ser consentido ou não, parece, para elas, ser melhor não arriscar, embora, o trato diário com os rapazes não seja difícil: o outro aparece para justificar as interdições.

Por outro lado, vale ressaltar que, contemporizando, essas gestoras também colocam-se, difundindo argumentos que justificam a chegada deles na instituição:

“Quando eu cheguei aqui, a dona Junia achou por bem, assim, para não me expor ou, não que ela não achasse normal, ela desde que eu entrei aqui ela foi muito clara: ‘Você vai fazer tudo, você pode fazer tudo’. [...] Então, ela, quando tinha uma mãe que ia ficar desconfortável, em saber que o filho ou a filha ia ficar com um homem, ela [...] dava uma quebrada na mãe. Então, ela sempre foi muito do meu lado, apostando em mim... Mas no primeiro ano, para não me expor muito... Porque criou um certo desconforto na comunidade, algumas mães e tal, ela pediu para que eu não desse banho”. (Relato de Bento)

Esses relatos oportunizam a lembrança da assertiva de Michel Foucault: “O suspeito, enquanto tal, merecia sempre um certo castigo; não se podia ser inocentemente objeto de suspeita” (Foucault, 2011a, p. 43). O relato de Gael reforça isso, pois, conforme narra, estar em exibição foi a tática usada na tentativa de driblar determinadas desconfianças:

“Aí, eles foram se acalmando mais. Mas mesmo assim durante as outras semanas, era assim: eu era uma novidade. Eu ficava com a sala aberta, as pessoas vinham, ficavam olhando. Aí apontava... Tinha mãe que chegava, lá fora, ficava se juntando, se mobilizando com outras pra reclamar... Até que a direção ajudou, falava com elas que não, que a gente ia continuar trabalhando, que a gente fez concurso público. Então, aí com o tempo foi acalmando. Até hoje... Mas hoje é mais oculto a questão do preconceito, eles não demonstram tanto. Mas às vezes em algumas situações a gente acaba vendo que ainda tem” (Relato de Gael).

Resignação e ressignificação do dito parecem corroborar a análise de Foucault de que: “É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos ativar em cada um de nossos discursos” (Foucault, 2010a, p. 35). Assim, nos relata Bento: “eu deixava a porta aberta. As pessoas passavam... Ficavam olhando. Agora até que melhorou. Mas de vez em quando ainda tem”.

É importante examinar que, ainda que em luta diária, as vozes desses AACs, por vezes, encolhem-se, de certa forma são interditadas – tidas como “palavra proibida”, fazendo com que os/as AACs coloquem-se como meros ouvintes por que, como bem analisa Foucault:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (Foucault, 2010a, p. 8-9).

Considerando-se o tabu que é falar sobre o toque do corpo infantil - um corpo sobre o qual “não se tem o pátrio poder” (como na relação entre pais e filhos)- , a conotação sexual que essa temática faz suscitar é motivo de muitos comentários. Dessa forma, as reuniões feitas pelas Direções com as famílias ganham um “sentido ritualístico”. No entendimento foucaultiano,

[...] o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (Foucault, 2010a, p. 39)

E se há interdição dos enunciados que os/as AACs gostariam de proferir nessas reuniões, em todo um ritual em que ouvem mais do que falam, é porque, articulando discurso, desejo e poder – articulações perceptíveis pelas interdições, a análise de Foucault é ratificada:

[...] o discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 2010a, p. 10).

No âmbito das instituições visitadas, pensando-se estritamente na experiência “da desconfiança” que os homens vivenciam, a substituição do discurso que apela “ao cultural”, de base heteronormativa, demorará a chegar, pois, como estes analisam, cada “ele” novo que chegar, deverá fazer o seu próprio caminho: “Claro que eu sofri discriminação e quem chegar, de onde... Vai sofrer discriminação. Com certeza. Agora, você vai ter que conquistar o espaço” (Relato de Nollan).

Não obstante não se ter buscado a “apreensão do que realmente ocorreu” em cada uma das instituições visitadas, e tendo-se investido no conhecimento de uma realidade multifacetada e dependente, também, da posição da pesquisadora, há duas temáticas que merecem uma reflexão mais detida: a relação entre violência e masculinidade e a “confiabilidade feminina”. Sob essas duas temáticas debruçar-se-á a seguir.

5.2.1.

Violência e masculinidade

Considerando a transversalidade que determinados temas têm na breve análise aqui realizada, ousa-se recorrer a Foucault para buscar, no que tange ao discurso, não uma “origem” que escapa ao alcance, nem seu “núcleo interior e escondido” (Foucault, 2010, p. 53); mas “a partir do próprio discurso, de sua

aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (Foucault, 2010, p. 53).

Assim, antes da busca do que foi “criado” como “unidade” do discurso, mas, sim, observando a “regularidade” do que é enunciado e as “condições de possibilidade” da articulação de um discurso, não há como declinar ante à premência de abordar a questão do vínculo feito entre violência e masculinidade.

De acordo com todo o estudo até aqui desenvolvido, os textos que permitem um estudo introdutório sobre as relações de gênero apresentam, largamente, que os ideais de masculinidade e feminilidade têm se constituído através de dicotomias bastante conhecidas: “deles”, espera-se músculos, proatividade, aceitação de riscos, ampla circulação no espaço público, parcimônia em assuntos referentes ao âmbito doméstico, conforme já mencionado; “delas”, emotividade, recato, cuidados em geral considerando o trinômio beleza- vaidade- magreza, vinculação com o lar, entre muitos outros elementos a serem lembrados.

Bem mais do que “diferenças”, esses traços antagônicos costumam ser hierarquizados, fazendo com que, diante de determinados cenários, “sejam melhor” ser homem do que mulher e vice versa: se o assunto é a limpeza da casa, é melhor que destaque-se alguém do sexo feminino; se o assunto é dirigir num trânsito caótico, os homens tendem a “aguentar melhor o tranco”.

Considerando, contudo, a supervalorização do âmbito público e de características vinculados ao mundo masculino – que, dizem, é composto pelo arrojo, pela racionalidade e rápida capacidade de decisão, etc -, as pessoas que o representam acabam por assumir cargos de poder e de repetirem-no em diferentes âmbitos da vida social.

Ainda que a diversidade das culturas possa responder por diversos posicionamentos em relação ao gênero e à sexualidade das pessoas, sabe-se, por exemplo, que “a violência não está distribuída igualmente entre os gêneros ou faixas etárias” (OMS, 2002, p. 10): “Os homens foram responsáveis por 77% de todos os homicídios e seus índices representaram mais de três vezes o índice das mulheres (13,6 e 4,0 respectivamente, para cada 100 mil” (OMS, 2002, p. 10).

Embora não haja “um fator único que explique porque algumas pessoas se comportam de forma violenta em relação a outras (OMS, 2002, p. 12) e pelo fato de “a violência ser um problema multifacetado, com raízes biológicas, psicológicas, sociais e ambientais” (OMS, 2002, 16), padrões sociais pouco permeáveis a mudanças de fundo podem, indubitavelmente, contribuir para a continuidade do quadro de violência que tanto se deseja reverter.

Vale ressaltar que, não apenas como “causadores” de atos violentos, mas como “sofredores” neste cenário, a situação masculina não é nada feliz. A título de exemplificação, “60% de todos os suicídios ocorreram entre homens, mais da metade deles na faixa etária de 15 a 44 anos” (OMS, 2002, p. 10).

No que se refere ao abuso sexual, Don Sabo analisa que:

Sexual violence typically involves a male perpetrator and female victim. [...] Recognition of the issue in Canada was spurred by media coverage of the sexual abuse of youth hockey players by their coaches. [...] Despite growing public recognition, research in this area is rare, and little know about the prevalence of sexual abuse of boys and its psychosocial effects.³⁰

O abuso sexual, enquanto temática específica no âmbito das ocorrências violentas, merece ser melhor contextualizado dada a centralidade que adquiriu na pesquisa realizada. Pode-se examinar que o aprofundamento dos citados estereótipos relacionados ao ideal de masculinidade socialmente valorizada muito contribui para que os homens sejam vistos como potencialmente “suspeitos” de serem os causadores desse tipo de violência.

Pesquisa realizada, no ano de 2000, por Tania Salem e uma equipe de outros pesquisadores, envolvendo cento e vinte e três pessoas entrevistadas, entre elas quarenta e um homens, com idade entre 18 e 24 anos, das classes média e baixa, possibilitou que pontos de vista muito significativos viessem à tona. Eles referem-se à concepção de relacionamento afetivo-sexual e permitem dimensionar como se espera que os homens ajam:

³⁰ Tradução livre, feita pela autora: “A violência sexual normalmente envolve um perpetrador masculino e feminina vítima. [...] O reconhecimento do problema [violência contra homens] no Canadá foi impulsionado pela cobertura da mídia do abuso sexual de jovens jogadores de hóquei por seus treinadores. [...] Apesar do crescente reconhecimento do público, a investigação nesta área é rara e pouco sabemos sobre a prevalência de abuso sexual de meninos e seus efeitos psicossociais”.

As mulheres têm menos necessidade [de relações sexuais]. Por exemplo, a mulher não vai querer transar com o homem por três dias a fio e o homem já vai querer. Se dependesse de mim, era de cinco em cinco minutos. [...] O homem tem mais necessidade porque *a carne do homem é mais fraca*. (Salem, 2004, p. 18, grifo da autora).

Neste contexto, em que pese o caráter sensacionalista das notícias que, por exemplo, vinculam rotineiramente ocorrências desse tipo, alimentam o imaginário popular e “naturalizam” o “ser masculino” como mais propenso a cometer o abuso sexual.

5.2.2.

Cuidado e “confiabilidade”: descontinuidades

As histórias que eu faço não são explicativas, jamais mostram a necessidade de alguma coisa, mas, antes, a série de encadeamentos, através dos quais o impossível foi produzido e reengendra seu próprio escândalo, seu próprio paradoxo, até agora. Tudo aquilo que pode haver de irregular, de casual, de imprevisível, num processo histórico me interessa consideravelmente (Foucault entrevista concedida em 1975. Pol-Droit, 2006, p. 98).

Há expressões e formas de pensar que parecem ter existido “desde sempre”. Ainda que seja muito tentador, um estudo que tenha por base a obra de Foucault não deve ter a preocupação de buscar a “origem”, o ponto distante que inaugurou um acontecimento, procedimento ou prescrição. Para além disso, a “tarefa de um historiador foucaultiano [embora, ao longo desse estudo, não se fale desse lugar, essa pista será seguida] é perceber essas rupturas sob as continuidades enganosas” (Veyne, 2011, p. 33).

Nesse sentido, todo o trabalho que o próprio Foucault realiza,

[...] dá sequência [ao grande] esforço dos historiadores: explicitar a originalidade de uma formação histórica, sem buscar nelas o natural e o sensato, de acordo com nossa demasiada humana inclinação para a banalização ao preço do anacronismo (Veyne, 2011, p. 33).

Tendo em vista que, inspirado pelo trabalho de Michel Foucault, logo é possível apreender que “não se pode pensar qualquer coisa em qualquer tempo” (Veyne, 2011, p. 49), é interessante perceber como alguns discursos foram sendo articulados, constituindo-se em estratégias de poder, parte de manobras para que este mesmo poder fosse exercido. O trabalho de Delumeau que, é bom que se ressalte, não se refere às mulheres consideradas “bruxas” ou “feiticeiras”, oportuniza boas discussões sobre as bases contemporâneas que concretizam a feminilidade.

Jean Delumeau, ao redigir *História do Medo no Ocidente (1300-1800)*, analisa que: “No começo da Idade Moderna, na Europa ocidental, [...] a mulher foi então identificada como um perigoso agente de Satã” (Delumeau, 1989, p. 310).

Considerando, entretanto, a existência de outros discursos sobre o ser feminino, o autor considera que precisa “esclarecer essa situação complexa” e adverte:

Esse diagnóstico tem uma longa história, mas foi formulado com uma malevolência particular — e sobretudo difundido como nunca anteriormente, graças à imprensa — por uma época em que, no entanto, a arte, a literatura, a vida de corte e a teologia protestante pareciam levar a uma certa promoção da mulher (Delumeau, 1989, p. 310).

Reverendo a História, Delumeau afirma:

A atitude masculina em relação ao “segundo sexo” sempre foi contraditória, oscilando da atração à repulsão, da admiração à hostilidade. O judaísmo bíblico e o classicismo grego exprimiram alternadamente esses sentimentos opostos. Da idade da pedra, que nos deixou muito mais representações femininas do que masculinas, até a época romântica a mulher foi, de uma certa maneira, exaltada.

[...]

Essa veneração do homem pela mulher foi contrabalançada ao longo das eras pelo medo que ele sentiu do outro sexo, particularmente nas sociedades de estruturas patriarcais (Delumeau, 1989, p. 310).

Avaliando que o medo masculino em relação à mulher não pode ser explicado somente pela via freudiana, baseado na possibilidade da castração, Jean

Delumeau lembra que, a partir do mistério representado pela maternidade - e da “religação” que esta estabelece entre o ser feminino e a natureza, ao “ciclo da vida e da morte”-, originaram-se “os destinos diferentes e no entanto solidários dos dois parceiros da aventura humana: o elemento materno representa a natureza e o elemento paterno, a história” (Delumeau, 1989, p. 311).

Desta forma, conseqüentemente, às mulheres foram creditados determinados poderes (como os de fazer profecias, curas ou causar prejuízos, manipulando receitas regadas de mistérios), em contraponto com o ser masculino que “de alguma maneira para valorizar-se [...] definiu-se como apolíneo e racional por oposição à mulher dionísica e instintiva, mais invadida que ele pela obscuridade, pelo inconsciente e pelo sonho” (Delumeau, 1989, p. 311).

Na análise de Delumeau, ainda que afastada dos/pelos homens pelos odores de seu corpo (o impuro sangue menstrual, as secreções, os odores, as “expulsões do parto”, entre outros exemplos que poder-se-ia elencar), a ligação feminina com “a pureza de tudo o que era natural” influenciou para que a mulher fosse considerada “maculada” em muitas civilizações e sua presença fosse proibida em alguns cultos, nos quais também não poderiam atuar como sacerdotisas. Elas foram também proibidas de tocar em armas (Delumeau, 1989, p. 311-312):

[...] A repulsa em relação ao “segundo sexo” era reforçada pelo espetáculo da decrepitude de um ser mais próximo da matéria que o homem e portanto mais rápida e mais visivelmente “percível” [Poder-se-ia dizer “frágil”?] do que aquele que pretende encarnar o espírito. Daí a permanência e a antiguidade do tema iconográfico e literário da mulher aparentemente graciosa, mas cujo dorso, os seios e o ventre são já podridão. [...] Para a mentalidade masculina o arsenal dos perfumes femininos não constitui uma camuflagem da corrupção latente, ou já presente, da parceira? (Delumeau, 1989, p. 312)

Em poético texto redigido no século XII, pelo monge Bernard de Morlas, com a finalidade de abordar a necessidade do desprezo do mundo, o Juízo Final e enaltecer à Virgem Maria, é patente o quanto o ser feminino vinculava-se a um desenfreado exercício da atividade sexual, à violência em relação à prole e à desconfiança, por ser, em si, “má”:

A mulher ignóbil, a mulher pérfida, a mulher vil
 Macula o que é puro, ruma coisas ímpias, estraga as ações [...].
 A mulher é fera, seus pecados são como a areia.
 Não vou entretanto caluniar as boas a quem devo abençoar [...].
 [...] A mulher boa é coisa má, e quase não há nenhuma boa.
 A mulher é coisa má, coisa malmente carnal, carne toda inteira.
 [...] Ela não exclui nada, concebe de seu pai e de seu neto.
 Turbilhão de sexualidade, instrumento do abismo, boca dos vícios [...].
 [...] Uma loba não é mais má, pois sua violência é menor,
 Nem uma serpente, nem um leão
 [...]
 A mulher é uma feroz serpente por seu coração, por seu rosto ou por seus atos.
 [...] Ela se disfarça, ela se falsifica, ela se transforma, se modifica e se tinge [...].
 Enganadora por seu brilho, ardente no crime, crime ela própria [...].
 Mulher fétida, ardente em enganar, flamejante de delírio,
 Destruição primeira, pior das partes, ladra do pudor.
 Ela arranca seus próprios rebentos do ventre [...].
 Ela trucidada sua prole, abandona-a, mata-a, num encadeamento funesto.
 Mulher víbora, não ser humano, mas fera selvagem, e infiel a si mesma.
 Ela é assassina da criança e, bem mais, da sua em primeiro lugar,
 Mais feroz que a áspide e mais furiosa que as furiosas [...].
 Mulher pérfida, mulher fétida, mulher infecta.
 Ela é o trono de Satã; o pudor está a seu cargo; foge dela, leitor
 (Delumeau, 1989, p. 325, 326).

Jean Delumeau discorre também sobre a iniciativa das mulheres em eventos reivindicatórios ocorridos em Cahors (1637), em Agen (1635), Caen (1639), Montpellier (1645) e Limoges (1705). Em relação a essa última diz, textualmente: “o incêndio das casas dos gabeleiros é provocado por uma ‘multidão de mulheres, moças e crianças da escória do povo miúdo, não tendo seus maridos e pais aparecido de modo algum’” (Delumeau, 1989, p. 189).

Embora não haja nenhuma explicação direta do autor sobre o conceito de “gabela” cuja cobrança era feita por esses gabeleiros, depreende-se que foi um tributo criado para taxar ações relacionadas aos fatos cotidianos, foi um “mitico imposto sobre a vida” (Delumeau, 1989, p. 189). Dessa forma, em 1691, em Montauban, cerca de 300 donas-de-casa fizeram “um começo de rebelião” após espalhar-se um boato de que “se queria fazê-las pagar 6 *deniers* por cada camisa que lavassem, 10 *sols* por cada menino a quem dessem à luz e 5 *sols* por cada menina [para a qual, não se pode deixar de notar, atribuiu-se menor valor de imposto]” (Delumeau, 1989, p. 190).

“Movimentos sediciosos”, apedrejamentos e destruições são expressões usadas por Jean Delumeau para referir-se a atitudes de grupos formados por mulheres à época (Delumeau, 1989, p. 189-191). Expressões essas que, notadamente, parecem não referendar uma “natureza feminina” “apaziguadora”, “comedida” e “não violenta”.

Ainda assim, para o autor, por vezes, a participação feminina “nas rebeliões e crimes de multidão” de outrora e a verocidade feminina - observada, por exemplo, quando sugeriram “matar sem piedade todos esses patifes aristocratas” (Delumeau, 1989, p. 188) por ocasião de uma visita domiciliar realizada por padres do colégio de Navarra - vincula-se diretamente à preocupação das mulheres ao fato de serem esposas e mães:

[...] esposas e filhos ver-se-ão sem defesa; sua vida está em perigo. [...] A partir daí, compreende-se melhor porque tão freqüentemente as mulheres desempenhavam um papel motor nas ‘comoções’ provocadas pela carestia e pela escassez de cereais. Elas defendiam, por uma espécie de reflexo biológico, a vida de seus filhos e a existência física de seu lar (Delumeau, 1989, p. 189).

Em relação à vinculação feminina ao cuidado do outro, Sara Matthews-Grieco observa que, no contexto da Europa Ocidental, entre os séculos XV e XVIII, em paralelo à vinculação da ocorrência de relações sexuais com a concretização da gestação, havia muito interesse na determinação do sexo dos descendentes: “Um menino – um herdeiro – era preferível a uma menina que dependia de um dote [...], mas ainda porque o encargo dos pais idosos recaía finalmente sobre os ombros dos filhos, pois as filhas deixavam o lar ao casar-se” (Matthews-Grieco, 2008, p. 245). Nota-se aqui que a [ainda] contemporânea expectativa de que as mulheres sejam, “naturalmente” responsáveis pelo cuidado com seus pais, quando estes necessitam, dependia da condição civil da mulher.

A autora aborda a ocorrência do “charivari”³¹ e o controle que a comunidade, durante o Antigo Regime, exercia sob as condutas dos indivíduos, em especial quando estas referiam-se à sexualidade:

³¹ De acordo com a autora, “charivari” era uma “procissão satírica ruidosa, geralmente associada às festividades ligadas ao casamento e às contravenções à moral conjugal vigente”, realizada pelos jovens, com o apoio da vizinhança (Matthews-Grieco, 2008, p. 224-225).

Aqueles que transgredissem a hierarquia de gênero, as funções atribuídas aos dois sexos ou as normas que regulam as práticas sexuais eram estigmatizados e punidos por grupos de homens, de rapazes e de crianças (meninos) que aprendiam, ao fazê-lo, a imitar os mais velhos. A intensificação periódica dessas ações coletivas foi explicada pela insegurança crescente dos homens face à independência relativa de que podiam usufruir as mulheres por ocasião do crescimento periódico do mercado de trabalho (Matthews-Grieco, 2008, p. 225).

Essa passagem do estudo de Sara Matthews-Grieco oportuniza a reflexão sobre o quanto as ações, hábitos, opções de vestimentas, escolhas de lazer, entre outras atividades que inserem os seres em sociedade ditam normas relativas às identidades de gênero e o quanto se espera que elas sejam “respeitadas”, através de sua reprodução.

Resguardando-se do fato de que, no que tange à complexidade das vivências humanas não há “a soma dois mais dois é igual a quatro”, a esse respeito é significativa a menção de Eribon:

somos obrigados a pensar que a tendência observada num êxito escolar mais elevado do que o das amostras “gerais”, a escolha de certos tipos de profissão (“artísticas, não manuais”), ou, no interior das carreiras ou dos ofícios, essa distância que leva os homossexuais a serem, por exemplo, jornalistas no âmbito cultural mais que no econômico [...]. Poderíamos evocar, entre outros dados possíveis, o gosto pela leitura (atividade mais “feminina”), que passa pelo gosto do interior em relação ao exterior (ficar em casa para ler em vez de ir jogar futebol, quando ler é considerado, na ideologia masculina dos meios populares, uma atividade de “menina” ou de “viado”) (Eribon, 2008, p. 48)³²

Os estudos de Jean Delumeau e Sara Matthews-Grieco evidenciam, bem ao gosto de Michel Foucault, que “a sociedade, longe de ser o princípio ou o termo de toda explicação, precisa ela própria ser explicada; longe de ser última, ela é o que dela fazem cada época todos os discursos e dispositivos de que ela é receptáculo (Veyne, 2011, p. 45).

³²A fim de evitar generalizações descabidas, cabe reproduzir a nota do autor, referente a esse trecho de sua análise: “É evidente que não quero dizer que todos os que se tornaram homossexuais evitaram fazer esporte quando eram crianças ou adolescentes. Tento definir polaridades estruturantes que permitem dar conta de certos (e apenas certos) fenômenos constatados pelas pesquisas sociológicas de opinião e é lógico que não recobrem o conjunto das realidades que definem a homossexualidade numa época ou espaço social dados” (Eribon, 2008, p. 48).

Nos exemplos supracitados, há, por certo, um discurso que reitera a heteronormatividade e que confere a base do que se valoriza hoje em termos do que é ser homem ou mulher ou o “não sê-lo/não ser reconhecido como tal”. Apenas, posteriormente, outros grupos foram se colocando em busca de visibilidade e apresentando o que poder-se-ia chamar de “a sua versão dos fatos”, a fim de problematizar e, quem sabe, desconstruir muitos mitos em relação às formas como as pessoas podem identificar-se e inserir socialmente, em termos de gênero e sexualidade.

O referido discurso, ao reiterar a masculinidade e a feminilidade "padrão", propala a sua “verdade”, ao enquadrar as pessoas e exigir-lhes um comportamento padrão heteronormativo e que tem definições bem claras sobre o que é ser “homem” ou “mulher”. Nesse cenário, privilegiam-se argumentos baseados na biologia ou, indo mais longe, são argumentos alicerçados na ideia de, nesse aspecto, há uma “organização divina”, inscrita na natureza.

A valoração das pessoas, por esse viés, não se faz sem controvérsia e luta, já que, como bem analisa Michel Foucault,

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2010b, p. 12).

O intento de relacionar masculinidade-violência esteve vinculado, nesse estudo, à necessidade de problematizar questões que emergiram no trabalho de campo realizado, conforme já explicitado.

Muitos estudiosos têm se debruçado sobre a temática “violência” e, por certo, há necessidade de aprofundamento de seu vínculo com os padrões constituídos socialmente sobre as identidade de gênero.

Assim, em que pese a originalidade da problemática que redundou no estudo desenvolvido ao longo dessa pesquisa, há, também, a premência de se

incluir em trabalhos posteriores, a consideração de muitas pesquisas que parecem ratificar a avaliação consensual que as famílias e educadores fazem, ao afastar um profissional do exercício das atividades inerentes ao seu cargo. A idéia não é endossar quaisquer preconceitos, mas tematizar que, em um primeiro contato com o tema, as pesquisas acadêmicas parecem referendar os “medos” e “desconfianças” em relação aos homens.

Um dos caminhos fecundos para dar continuidade a essas reflexões é, por certo, considerando as indicações de Michel Foucault, persistir com a indagação: “como acontece que numa dada época seja possível dizer algo e que isso nunca tenha sido dito?” (Veyne, 2011, p. 101). Uma outra alternativa seria refazer esse questionamento: “Como ocorre que, em determinadas situações, algo perdure e ainda possa ser dito?”.

Assim como Maria do Rosário Gregolin lembra que para Foucault a noção de “acontecimento discursivo” faz menção a uma gama de enunciados de tipos variados, falados ou escritos, por exemplo, entendidos na dispersão e em sua própria instância; ela salientará que “sua emergência pressupõe articulações com outros enunciados, [sendo] necessário descrever esse jogo de relações” (Gregolin, 2007, p. 94), num misto de repetição e singularidade.

É assim que reflexionando sobre novos acontecimentos discursivos, vê-se a reiteração da vinculação “homem-abuso”. A aprovação da Lei Estadual N° 4733/2006 é bem ilustrativa: datada de 23 de março, refere-se à instituição de vagões exclusivos para mulheres nos transportes ferroviário e metroviário em todo o Estado do Rio de Janeiro, nos horários de *rush* em dois períodos: 6h e 9h da manhã e entre 17h e 20h. Assim, há comemorações em relação à medida:

O vagão feminino foi uma iniciativa muito boa do presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani, através da Lei 4733/06, pois evita o assédio sofrido pelas mulheres durante os horário de grande movimento, quando muitos homens se aproveitam da lotação para incomodá-las, afirmou Inês Pandeló (ALERJ, 2009).

Ainda que essa iniciativa tenha sido saudada por parte da classe política que se assume como “defensora” dos direitos femininos, como visto acima, de certa forma, endossa determinados pilares divulgados pelo discurso

heteronormativo, a saber: marcados com a característica cor “rosa”, a existência do vagão das mulheres, tem o intuito de protegê-las das incontrolláveis expressões da sexualidade masculina, estabelecendo uma espécie de punição aos “perigosos” homens com o distanciamento das mulheres em determinados horários, em detrimento de ampliação da oferta de trens e metrô, conforme almeja seus usuários e; a consequente reafirmação de que a ala masculina, certamente, não é merecedora de confiança, já que, insensível, se aproveita de situações de vulnerabilidade para mostrar sua força, roçando o próprio corpo nas mulheres.

5.2.3.

“Mulher faz isso”, “homem faz aquilo”

Em *A vontade de saber*, Foucault pretende “fazer a história” das

instâncias de produção discursiva (que, evidentemente, também organizam silêncios), de produção de poder (que, algumas vezes têm a função de interditar), das produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos) (Foucault, 2010d, p. 19).

Ele salienta que a intensificação dos discursos sobre sexo foi essencial para o funcionamento dos mecanismos do poder estabelecidos na sociedade europeia do século XVII. Sociedade esta que se empenhou em “focalizar o discurso no sexo” e na “majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desse discurso, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo” (Foucault, 2010d, p. 29).

O século XVIII marcou o surgimento de uma “política do sexo” – definida como a “necessidade de [regulá-lo] por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor da proibição” – no qual Estado e indivíduo passaram a tecer disputas em torno dos discursos e saberes em relação ao tema (Foucault, 2010d, p. 31; 33).

O autor vincula diretamente “a intensificação dos poderes à multiplicação dos discursos” (Foucault, 2010d, p. 36), observando que, até mesmo em relação às faixas etárias mais jovens, proliferaram as referências ao sexo:

A partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas. É possível que se tenha escamoteado, aos próprios adultos e crianças, uma certa maneira de falar do sexo, desqualificada como sendo direta, crua, grosseira. Mas, isso não passou da contrapartida e, talvez da condição para funcionarem outros discursos, múltiplos, entrecruzados, sutilmente hierarquizados e todos estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de poder (Foucault, 2010d, p. 36).

Contribuindo para as discussões sobre o discurso em seu trabalho, Foucault, ainda se remetendo ao sexo das/para as crianças, observa, em relação ao silêncio que:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discríção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos (Foucault, 2010d, p. 34).

Em alusão às “discursividades distintas” sobre o sexo, o autor destaca que demógrafos, biólogos, médicos, psiquiatras, psicólogos, além dos interessados nas discussões sobre a moral e a política, contribuíram para a formação de uma unida e “complexa rede” de “formas de dizer” sobre o sexo (Foucault, 2010d, p. 40).

No século XIX, no entanto, há o estabelecimento da hegemonia dos discursos científicos biológicos e médicos - através da reprodução e do sexo, respectivamente -, estruturando-se, no dizer de Foucault, uma *scientia sexualis* – prática discursiva que, entre outros desdobramentos, redundou na organização da temática “sexualidade” (Foucault, 2010d, p. 79).

É assim que, sob outro ângulo, trabalhos como o de Lena Lanza (2006), focado nas instituições hospitalares, também não deixou de contextualizar que:

Para a sociedade, torna-se difícil imaginar que homens possam adentrar um espaço considerado feminino por séculos, sem levarem consigo suspeitas de homossexualidade. Profissões como dançarina, cabeleireira, esteticista, aeromoça e secretária também se constituem no imaginário popular, como tipicamente femininas, e a presença do homem vem sempre acompanhada de dúvidas e

questionamentos [quanto à sua orientação sexual], quando a escolha é realizada nessas áreas (Lanza, 2006, p. 40).

De fato, essas reflexões oportunizam a apreensão do quanto o discurso da heteronormatividade organiza os grupos sociais. Heteronormatividade essa que, bem mais do que referir-se ao desejo e às práticas sexuais, remetendo-se à heterossexualidade, compõe-se de prescrições para as pessoas em todos os aspectos do viver em sociedade.

Esse discurso heteronormativo é tão abrangente que determina posturas adequadas a cada sexo (na família, nas escolhas profissionais, na forma de sentar, falar, reivindicar, debater, demonstrar afeto); dizem do que é próprio ao homem, do que é inerente às mulheres.

E ainda que pareça contraditório – porque as mulheres que hoje labutam no campo educacional como trabalhadoras assalariadas muito se mobilizaram e lutaram para poderem ter acesso a educação e ao mercado produtivo – é esse discurso heteronormativo que, ao que tudo indica, está sendo defendido quando criam-se empecos à atuação masculina como AACs.

A leitura dos relatos evidencia a defesa dos “lugares de cada um”, de acordo com o que “o corpo diz” sobre o que cada um é: homem ou mulher. E ainda que, a temática da orientação sexual não tenha sido abertamente debatida nas entrevistas realizadas, na defesa da heteronormatividade – através de posturas conservadoras de uma dada ordem do sistema sexo/gênero – essas mulheres atuam como “guardas nas fronteiras”, para que tudo fique em seu lugar, porque, ao que parece, deve ficar bem clarificado que “mulher faz isso”, “homem faz aquilo”. Além de se poder ser “homem” ou “mulher”, nada mais é comentado, inexistindo.

Considerando que o quantitativo de homens que chegam às instituições de educação infantil é, ainda, pouco significativo - além da luta pela manutenção das relações de poder estabelecidas nesse território, em que as mulheres sabem, como ninguém, o que fazer e, definitivamente, têm liderança -, parece estar-se, também, diante de uma precaução homofóbica silenciosa, pelo terror que parece instalar-se no território-creche, como se pairasse o pensamento de que “se não delimitar-se bem o que é de cada sexo, onde vamos parar?”.

Além do citado estudo de Lana, o relato de um educador - cuja gravação não foi autorizada e por isso não constou dos estratos de entrevistas aqui divulgados - não deixa dúvida quanto à extensão da repercussão do ingresso de um homem no quadro funcional da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, para desempenhar tarefas para as quais tem-se como “certa” a atuação de uma mulher. Todos brincavam no pátio da instituição, quando um homem, com ligações com o tráfico de drogas, aproximou-se do portão. De acordo com o educador,

“Ele estava armado e falava: — Rapá, o quê que tu tá fazendo aí? Tu não é homem, não? Fazendo trabalho de mulher, cara!”

As indagações raivosas e intimidadoras, vindas de um “macho”, portando uma arma de fogo, ao bradar “Tu não é homem, não?” apela para o enquadramento desses trabalhadores como bem propugna o discurso heteronormativo.

Da mesma forma, Bento, um dos entrevistados, relatou ter ouvido de uma colega: “Celi chegou aqui e perguntou se você era gay, trabalhando com crianças...”. Dessa forma, é difícil furtar-se à reflexão a que Michel Foucault convida:

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso [...] fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (Foucault, 2010a, p. 10).

Judith Butler é uma das autoras com as quais o diálogo se faz necessário na reflexão sobre essa nuance do tema em estudo. Ela inscreve o termo "matriz heterossexual" em seu *Problemas de gênero*, entendendo-o, a partir das leituras de Monique Wittig e Adrienne Rich, como "a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados" (Butler, 2008, p. 216).

Rich colabora, especificamente, com sua construção de "heterossexualidade compulsória" referente à hierarquizante liderança discursiva e epistemológica dessa "inteligibilidade do gênero" que impõe certa coerência: algo como "corpo - inserção natural - vivência sócio-sexual" que pode ser exemplificada, *grosso modo*, como a equivalência, por encadeamento entre, "ter um pênis" – ser

macho – viver a masculinidade" de um lado e, como uma outra opção, "ter nascido com vagina" – ser fêmea – viver a feminilidade" (Butler, 2008, p. 216).

Fabíola Rohden e Sérgio Carrara (2008, p. 18) referem-se ao investimento social que é feito para o estabelecimento de "categorias de identidade pessoal ligadas à orientação sexual", num compósito: "prática de relações sexuais com alguém que, naturalmente, tem a genitália diferente da minha" + casamento + geração de filhos(as), comentando que "normas sociais, nesse caso, a 'heteronormatividade', [são] espécies de roteiros, mapas que orientam as condutas e as percepções de si".

Na conferência *Sexuality and solitude*, proferida em Londres em 1981, Michel Foucault fala, entre outros assuntos, sobre o lugar da sexualidade na subjetividade de cada ser. Rememora o autor o “modelo do elefante”, aludindo a uma comparação feita por São Francisco de Sales em 1604, reproduzida abaixo:

Vou lhes relatar um aspecto da honestidade do elefante. Um elefante jamais troca de fêmea, e ama ternamente aquela que escolheu, com a qual, no entanto, somente acasala de três em três anos, e somente por cinco dias e de maneira tão secreta que ninguém jamais o viu nesse ato. No entanto, ele é visto claramente quando, no sexto dia, antes de qualquer coisa, vai diretamente para algum rio, no qual lava todo o seu corpo, sem querer de forma alguma retornar à manada antes de estar purificado. Não são belas e honestas disposições em um animal, pela quais ele ensina às pessoas casadas a não se abandonarem demasiadamente aos prazeres dos sentidos e da carne? (Foucault, 2004, p. 97).

E o autor não titubeia ao afirmar que esse é “o modelo do comportamento sexual decente”: “A monogamia, a fidelidade e a procriação figuram entre as principais, e talvez as únicas justificativas do ato sexual – um ato que, mesmo nessas condições, permanece intrinsecamente impuro” (Foucault, 2004, p. 97); conjunto de práticas com características tais que coroam o ideal heterossexual e que, a despeito de serem incentivadas pelo Cristianismo [ao menos, “oficial”, tornado religião], por este foi reformulado e fortalecido, mas já sendo encontrado no universo pagão.

Esse predomínio de um discurso que valoriza a heterossexualidade explicar-se-ia por sua relação com “a desintegração dos Estados-cidades, o desenvolvimento da burocracia imperial e a influência cada vez maior da classe média das províncias” (Foucault, 2004, p. 98).

Ao citar Santo Agostinho, Foucault destaca sua evocação da força da libido – “o princípio do movimento autônomo dos órgãos sexuais” (Foucault, 2004, p. 101) - na vivência da relação sexual que, lembrando uma “convulsão” comprometeria todo o corpo, força pela qual o ser deve voltar-se ao seu interior para controlá-la [a libido] a partir do pensamento. Na eficácia desse controle estaria a pureza d’alma. O descontrole sobre si mesmo, evidenciado pelo descontrole sobre a libido, que a masturbação pode ilustrar, faz com que essa prática seja considerada odiosa (Foucault, 2004, p. 99-103).

No que tange à “não-heterossexualidade”, Karl Maria Kertbeny usara o termo "homossexual" pela primeira vez em 06 de maio de 1868, em carta enviada à Karl Heinrich Ulrichs (Eribon, 2008; Berutti, 2010). Um ano depois, o utilizou novamente em um documento reivindicando a isenção de sanção a quem praticasse "fornicação antinatural" (Katz, 1997 *apud* Berutti, 2010, p. 20). Posteriormente, a Medicina, principalmente a partir da Psiquiatria, apropriou-se do termo, identificando a vivência sexual entre pessoas com a mesma constituição genital como "doença".

Didier Eribon, optando pela abordagem da experiência de homens gays, enfatiza a filiação de suas reflexões aos *Gay and Lesbian Studies*, explorando diferentes nuances dessa experiência cujas características já saltam aos olhos quando o autor sumariou os principais tópicos que lhe interessava destrinchar: "injúria", "fuga", "melancolia", "interpelação", "perturbações" "alma sujeitada" são algumas das palavras que aparecem para referir-se a experiências que, ao longo da vida, devem ser de alguma forma sublimadas até serem superadas (se o são) pelos homens não-heterossexuais.

A vergonha, o "ser caricaturado", a exposição ao ridículo e "ao comentário público, à fofoca, ao boato, à insinuação, à, brincadeira", em um contexto geral em que "zombam dele tão logo não está presente para ouvir" (Eribon, 2008, p. 124; 181) (muito embora a zombaria possa ser ouvida por alguém também homossexual que se cala, mas sofre igualmente com a inferioridade da qual também poderia ser o alvo); assim como existir em "um mundo de injúrias no qual são xingados, real ou potencialmente, de "viado nojento" ou de "sapatão" e no

qual [...] sempre serão, de uma maneira ou de outra, marginalizados ou ostracizados" (Eribon, 2008, p. 147), são, mais uma vez, comprobatórios de que:

[...] Logo, a homossexualidade é proscria das relações prescritas entre os homens. A masculinidade se constrói e se afirma publicamente *contra* a homossexualidade. O que engendra um potencial de violência sempre prestes a se liberar, sobretudo quando os homens estão em grupo (ver, por exemplo, as agressões contra os lugares de paquera homossexual por bandos de soldados nas cidades de guarnição, ou por bandos de jovens vindos de subúrbios, mas também maus-tratos e estupros nos quartéis, nas prisões...) (Eribon, 2008, p. 127).

A vivência da homossexualidade constitui-se assim, no olhar de seus "perseguidores", como uma renúncia da virilidade que o "ser homem com H" (e não com "h", de alguém que esmoreceu e sucumbiu à inferioridade) lhe impunha; cujas consequências seriam a expulsão do círculo de amigos (o que o aproximaria do "círculo das meninas", as quais passa a ser "assemelhado": "quem abre mão de viver 'a' masculinidade, feminino – inferior – se torna"), a "solidão e o recuo sobre si" recaem (Eribon, 2008, p. 128-129).

Sob outra perspectiva, a do *queer studies*, Elaine Borges Berutti salienta um fato histórico importante: a partir de 1960 que os "estudos sobre diversidade sexual e de gênero" surgem e se afirmam nos Estados Unidos. *Stonewall Inn*, em 1969, protagonizou um fato definidor nessa trajetória. A crise decorrente da grande ocorrência inicial de Aids entre os gays, nos anos 1980 também intensificou o movimento reivindicatório.

É na pena de João Bosco Hora Gois que se vai buscar certas particularidades do cenário nacional: se, por um lado, a Medicina no século XIX já se ocupara dos "pederastas" e "viragos"; passaram-se muitas décadas, até que nos anos 1980 destacaram-se, a exemplo do que ocorrera na sociedade norte-americana – cuja experiência também servira como um aspecto motivador –, movimentos reivindicatórios colocando em pauta interesses dos homossexuais. Era tempo de democratização e, nesse lastro das lutas contra a ditadura militar, ressoavam ainda as discussões desenvolvidas nos anos 1970, quando:

[...] abandonando a busca das “origens” ou das “causas” da homossexualidade e das suas supostas consequências maléficas, partiu-se para uma reflexão sobre a construção social dos significados a ela associados e das dificuldades apresentadas pelos homossexuais na sociedade brasileira. Outrossim, buscou-se também analisar as estratégias individuais e coletivas voltadas à superação da opressão por eles enfrentadas (Gois, 2003, p. 8).

A última década do século XX, por sua vez, assistiu não somente a mobilização em torno das abordagens relacionadas à AIDS - clima que a sociedade norte-americana vivera 10 anos antes -, mas também à mobilização pela redefinição de termos cujo uso social parecia já consolidado, assim como a emergência de "outras formas de dizer", na tentativa de fazer a linguagem melhor expressar questões referentes a vivências diferentes da heterossexual. Assim, a palavras "homossexualidade" foi questionada; já "homoerotismo", "homoafetividade" e "homocultura" entraram em voga, mostrando o "esforço de instituição de um novo canône" (Gois, 2003), considerando a vitalidade dos novos estudos, atrelados à teoria *queer*, bem como o caráter interdisciplinar das discussões travadas.

Elaine Berutti enfatiza, em diferentes momentos que "questionar o sistema binário de sexo e de gênero é fundamental para possibilitar a cidadania de gays, lésbicas, transgenders" (Berutti, 2010, p. 16); já que só há as chamadas "minorias sexuais" por que há um *mainstream* heterossexual (Berutti, 2010, p. 19) que é um dos grandes pilares do discurso heteronormativo.

A pesquisadora lembra que "gays e lésbicas sofrem discriminação não só por parte da sociedade, mas também na vida familiar e pessoal" (Berutti, 2010, p. 17), já que há a crença de "que as tradições literárias mundiais, assim como as sociedades, têm sido exclusivamente "heterossexuais" (Berutti, 2010, p. 17).

Berutti, contudo, comenta que a fala de gays e lésbicas encontra um lugar. É essa visibilidade que é demonstrada quando a "incômoda" ação dos movimentos sociais vinculados à luta LGBTTTQI – *Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Transexual, Queer and Intersexual* - apontam a necessidade de implementação de políticas antissexistas nas instituições escolares. A intensa reação negativa, tendente a paralisar essas iniciativas, fundamenta-se em argumentos que "normalizam" a heterossexualidade e enxergam-nas como ações que, caso se

concretizem, "corromperão" a infância e a juventude ao "incentivarem" o que só pode ser, excepcionalmente, assumido e nunca ser identificado como vivência comum, entre tantas outras expressões humanas possíveis, considerando-se a não binaridade dos gêneros e do desejo.

Contrariando a idéia da existência de uma heterossexualidade humana “de berço”, Eliane Berutti (2010, p. 19), assim como Tamsim Spargo (2006), não perde de vista que o século XIX foi uma espécie de ponto de partida para esse desenfreado preconceito contra condutas sexuais que nunca couberam no padrão heteronormativo.

John Boswell, em *Christianity, social tolerance and homosexuality* é um historiador americano que, lembrado por Berutti, ratifica o quanto conhecidas personalidades como Ovídio, Adriano, Júlio César e Ricardo Coração de Leão sofreriam retaliações hoje se assumissem suas condutas sexuais, “normais” para o tempo e lugar em que viveram, enquadradas, atualmente, como "perversão", “anormalidade” e “doença” (Berutti, 2010, p. 17-18).

Aliando “identidade de gênero” e “identidade sexual” nessa reflexão, o trabalho de Will Roscoe é também comentado (Berutti, 2010, p. 75). Seu estudo sobre os *two-spirit* ("dois espíritos") – exemplos de *cross-genders*, pessoas que não vivem sobre o binarismo homem-mulher – mostra que há habitantes que assim se assumem em cerca de 150 tribos norte-americanas, podendo ser identificados por uma tripla característica:

- "Especialização produtiva": tarefas como o trabalho doméstico e o artesanato são de responsabilidade masculina e outras como guerrear e caçar, cabem às mulheres;
- "Aprovação sobrenatural": *two-spirit* atuam como xamãs, tendo o dom da cura por serem abençoados por Deus;
- "variação de gênero": homens e mulheres podem ser *two-spirits*; praticam abertamente sexo com pessoas do mesmo sexo, sexo oposto ou de ambos os sexos.

Para a pessoa assombrada pela possibilidade de mudança dos referenciais até então predominantes – cuja predominância fora conquistada a custo de um longo trabalho em diferentes aspectos que compõem a sociabilidade humana, como abordado ao longo desse estudo –, no entanto, invés de lembranças como essas fazerem remissão ao quão "não natural" é a heterossexualidade; invés de fazer refletir sobre sua histórica criação e valorização social; são entendidas como exemplos de como "evoluiu-se", deixando para trás esses comportamentos "equivocados". "Evolução" que pode ainda não ter sido alcançada por todos, mas que, indubitavelmente, é a "meta".

Homofobia (medo em relação à homossexualidade), a transfobia (medo em relação a identidade de gênero *trans* – travesti, transexuais, crossdressers) e etnocentrismo juntar-se-iam para defender esse ponto de vista. Por sua vez, o ideal reprodutivo e a possibilidade de vivência da maternidade e da paternidade "natural" entre um casal heterossexual é um contra-argumento a que muito se recorre na defesa da "normalidade heterossexual" *versus* a "aberração homossexual" ou da "aberração" que outras identidades de gênero – além de poder-se ser "homem" ou "mulher" – representam.

No contexto do tema em estudo, esses medos avolumam-se: o fato de os *cross-genders* terem organizado seu cotidiano sob outros referenciais só endossa os temores de que se “homens e mulheres” embaralharem suas “atribuições”, suas “tarefas”, um circulando no mundo do outro, não pode “acabar em algo bom”, em que o "pior" é a não assunção ao ideal heteronormativo, tão bem representado pela heterossexualidade, embora nela não se esgote.

Com efeito, alertas sobre a premência de cada um permanecer no “seu lugar” consistem, para alguns, na própria defesa de uma sociedade “ordenada”. Em se tratando dessa “noção de ordem”, é interessante ver, por exemplo, o quanto para Mosse (2000, p. 87) era corrente o julgamento de que “los intrusos [ciganos, homossexuais, homens afeminados, mulheres masculinizadas, judeus, loucos, criminosos, vadios, conforme já comentado] eran incapaces de formar una comunidade, una sociedade asentada” (Mosse, 2000, p. 88).

O segundo aspecto que convém mencionar é que “ser homossexual [não] é tudo igual” (Eribon, 2008; Berutti, 2010, p. 22-23). Remetendo-se à

“socialização na família, na escola, a relação com as profissões e, é claro, com a sexualidade e a construção dos 'gêneros” (Eribon, 2008, p. 22), as peculiaridades impõem a necessidade de distintas conotações analíticas.

Eliane Berutti relembra, ilustrando essas diferenças, que "Se o estigma dos gays tem sido o de anormalidade e de perversão, o das lésbicas tem sido o da invisibilidade" (Berutti, 2010, p. 21). Não descuida também da interface sexualidade-gênero, ao referir-se às *butch and femme*, "casal de lésbicas em que a primeira expressa seu gênero de forma masculina, e a segunda, de forma feminina" (Berutti, 2010, p. 25).³³

Para o estudo das masculinidades, cabe observar que:

Quanto aos gays, o conceito também mais veiculado diz respeito à genitalidade. [...] A identidade gay abriu espaço para a sugestão do aparecimento de um terceiro sexo e gênero; em contrapartida, também, já foi questionado até que ponto não se tratava de mera imitação da ausência, no caso, da ausência feminina. Qualquer que seja o conceito ou a definição a ser utilizada, [...] os gays ajudaram na desconstrução da imagem do homem machista e dito "heterossexual", assim como na construção de uma nova imagem de masculinidade (Berutti, 2010, p. 64-65).

George Mosse confirma o quanto as "antíteses" do "Homem Moderno Ideal" foram ainda mais estigmatizadas ao longo dos séculos XVIII e XIX – fato que já ocorria durante a Idade Média - : ciganos, “vagabundos”, judeus, criminosos comuns, loucos e os “desviados sexuais” depunham contra o estandard da masculinidade – um tipo "belo, vigoroso, honrado, perfeito" - que a Modernidade se encarregara de refinar os contornos e consolidar. "Para aquellos así marginalizados [com o contributo da Medicina, da Antropologia], la búsqueda de una identidad era tarea difícil y dolorosa" (Mosse, 2000, p. 69; 88).³⁴

³³ Ainda que os gays exerçam a liderança na denúncia dos sofrimentos impingidos por comportamentos homofóbicos nos Estados Unidos (Berutti, 2010, p. 24), Eliane Berutti não perde de vista as dissensões existentes entre esses e as lésbicas, para as quais os gays, de certa forma, também fazem parte do *mainstream*. Em um clima de troca de acusações recíprocas, "As lésbicas [...] se consideram parte de uma minoria que luta por afirmação social e política" (Berutti, 2010, p. 24).

³⁴ Recomenda-se a leitura de Mosse (2000, p.79-88) para melhor entendimento da dupla perseguição feita aos homens judeus em determinados países europeus como França, Inglaterra e Alemanha, já que houve momentos, notadamente durante o século XX, em que "La imagen del judío y la imagen del homossexual marcharon de la mano [...]" (Mosse, 2000, p. 83). De forma

Práticas como a masturbação e conjunto de vivências como a homossexualidade foram consideradas "enfermidades debilitatorias", assim como a loucura (Mosse, 2000, p. 73). Era crença corrente que "la masturbación se veía como la llave que abría la puerta de la práctica de la homosexualidad" (Mosse, 2000, p. 118), já que, tidas como "doenças da mente e do corpo" supunha-se que tais enfermidades interagiam, gerando uma reação em cadeia, em que uma levava a outra e a outros males excedentes: "la masturbación, según Tissot, se hallaba acompañada de dolor corporal real de algún tipo, como dolores de cabeza, de estómago y reumatismo", além de afetar "a los nervíos" (Mosse, 2000, p. 73-74).

Com os nervos à flor da pele, com a imaginação aguçada, todo tipo de desregramento era possível ao homem; "Se pensaba que el instinto más fuerte era el sexual" (Mosse, 2000, p. 75). Por isso, Christian Gotthelf Salzmann, educador alemão, já pregara, em 1787, contra esses "desarreglos del cuerpo que conducían a una imaginación calenturienta que debería ser mantenida bajo control mediante el refuerzo del físico humano" (Mosse, 2000, p. 75).

George Mosse comenta que "Los intrusos eran constantemente homogeneizados, agrupados em uma hermandad diabólica que desafiaba la norma" (Mosse, 2000, p. 80). Contudo, o homem pouco masculino e o sodomita carregavam fardo mais pesado por "haber transgredido las barreras del género" ou assumido "identidade sexual" diferente da hetero. Havendo clara demarcação entre os sexos, "difuminar la división entre ellos parecía conjurar el espectro de la anarquía. La homosexualidad, o la sodomía, como se la conocía entonces, resultaba amenazadora [...]. el miedo a la sodomía y la catástrofe iban unidos" (Mosse, 2000, p. 81).

Sob os auspícios da obra de Cesare Lombroso, investigavam-se pistas dessa "doença" no corpo: a descrição do corpo do historiador homossexual Johannes von Müller, elaborada em 1810, deveria, assim, "comprovar sua feiúra" e seu comprometimento. Assim a despeito de ser representado com boa altura, "la parte superior de su cuerpo se quedó pequeña. Su nariz y su frente transmitían fuerza y osadía, pero los ojos parecían nublados y la parte baja de su rostro era la

geral, o autor entende que "Los judíos y los homosexuales no eran la única antítesis, pero eran los ejemplos más claramente visibles y mas atemorizadores" (Mosse, 2010, p. 85).

de um joven inmaturo" (Mosse, 2000, p. 82). "Homossexual", ele não poderia ser um belo homem, normal, íntegro.

Não obstante as muitas nuances do debate sobre a luta no âmbito da diversidade de gênero e sexual, vale assinalar dramas que afligem as pessoas que se descobrem à margem do discurso heteronormativo.

A validade jurídica da união civil entre pessoas do mesmo sexo, tal qual se reconhece a união heterossexual, é uma dessas trincheiras de luta como a reflexão de Eribon permite antever, quando sugere evitar dissensões entre os homossexuais em torno do tema:

[...] me parece que se deveria evitar opor os *gays* ligados a um modo de vida fora de todo reconhecimento institucional e até jurídico [...] àqueles que preferem viver em casal e que aspiram a um registro pelo direito dessa união. Essa oposição [...] é uma das armadilhas mais perniciosas preparadas pelo discurso homóforo em sua versão liberal, que se serve do fato de que alguns não querem ouvir falar de casamento para recusar o direito àqueles que desejam poder ter acesso a ele. [...] Primeiramente, a reivindicação do casamento "*gay*" não exprime somente a aspiração, que seria o sinal de uma abdicação diante dos modos de vida heterossexuais, de certos homossexuais a entrar na instituição matrimonial; ela traria também, caso se realizasse, uma mudança profunda na própria instituição, que não poderia ser mais a mesma que antes, e isto ainda mais que, se os *gays* podem hoje reivindicar o direito de a ela ter acesso, é porque já não é mais o que era. É a dessacralização do casamento que torna possível a própria reivindicação [...] (Eribon, 2008, p. 55).

Pari passu às "comemorações" por certos avanços nesse campo, Didier Eribon menciona a vivência de uma "melancolia especificamente homossexual" e a define como "um trabalho de luto jamais terminado" (Eribon, 2008, p. 52-53) e que se assenta, para muitos/as, no distanciamento dos entes queridos, familiares com os quais deixa de ter contato e na perda do

[...] sonho (às vezes inconfesso) de uma vida de família para eles mesmos [...] esforçando-se em criá-la tanto quanto possível, ao longo dos anos, instalando-se em casais duráveis e criando filhos (que podem ser oriundos de uma vida heterossexual anterior ou, para as mulheres, de uma inseminação alternativa, ou ainda, mais simplesmente, da intervenção mais 'natural' de um amigo) (Eribon, 2008, p. 53).

Além da convivência familiar, a renúncia à vivência da pater/maternidade, também é comentada por Didier Eribon:

Podemos nos perguntar se não é nesse ponto sensível que reside um dos mais profundos fatores de 'sofrimento' psicológico entre os homossexuais dos dois sexos – a não ser que seja uma maneira de exprimir um sofrimento difuso e difícil de expressar de outra maneira que não fazendo referência a situações convencionais (Eribon, 2008, p. 53-54).

Por certo, "casamento, vida comum em família e a chegada das crianças" remetem diretamente a uma concepção de vida feliz heterossexual a qual alguns homossexuais valorizam. E, ainda que não se pretenda criticar ou erguer bandeira alegando que tais desejos seriam incoerência – por ser mais desafiador, mais glamouroso, dizer-se "alheio a quaisquer modelos" -, não deixa de contribuir com o debate sobre o que seria uma vida comum e em que medida ela se baliza com o que dita o padrão heteronormativo, da qual a vivência heterossexual faz parte.

Tende-se a admitir que, a despeito de quaisquer apropriações históricas de tal ou qual vivência por este ou aquele padrão de vida, a todos os seres humanos deveria se admitir o direito de escolha e vivência do que lhe apraz. Assim, a negação de um ou outro anseio, apenas pelo fato de este estar vinculado ao dito padrão heteronormativo, para marcar um "ponto de vista", quase como um "posicionamento político", traria, da mesma forma, uma carga de insatisfação e angústia.

É com reflexão desse naipe em mente que Didier Eribon cita Judith Butler, - para a qual, "o que está rejeitado, e, portanto, perdido, está conservado como uma identificação rejeitada" (Butler, 1997, p. 137 *apud* Eribon, 2008, p. 55) – na consideração da existência dessa "melancolia" que faz parte da constituição do "eu" que parece ser característica até mesmo de quem, ao lidar com as repercussões da assunção da homossexualidade, decidiu não se esconder, assumindo uma forma de viver não-heteronormativa.

No Brasil, recentemente, material didático produzido pelo Ministério da Educação foi recolhido nas escolas. Há anos, a mesma proibição da “promoção da homossexualidade” “protegeu” as escolas da Grã-Bretanha, de acordo com trecho

do Ato Governamental Local de 1988 (Berutti, 2010, p. 45). De forma que, as instituições escolares têm se colocado como o lugar do "exemplo", onde as crianças e jovens devem ter acesso a "bons modelos" a serem seguidos. Pessoas que, de alguma forma, rompem as barreiras daquilo que é considerado "padrão de bom comportamento" para o seu "sexo" (a ideia da existência das diferentes identidades de gênero parece pouco ressoar), ao que tudo indica, são pouco bem-vindas. No limite, pagam o "pedágio" de viverem algum sofrimento, até serem enquadradas e "poderem permanecer" como "uma exceção" que confirma a regra.